



**Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD**

SANDRA MÁRCIA XAVIER TAVARES

**POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DO ICMBIO
CONTRIBUIÇÕES DA ECOLOGIA PROFUNDA**

Brasília
2014

SANDRA MÁRCIA XAVIER TAVARES

**POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DO ICMBIO
CONTRIBUIÇÕES DA ECOLOGIA PROFUNDA**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Análises Ambientais e Desenvolvimento Sustentável

Orientador: Prof. Msc. Fernanda Cornils Benevides

Brasília
2014

SANDRA MÁRCIA XAVIER TAARE3S

**POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DO ICMBIO
CONTRIBUIÇÕES DA ECOLOGIA PROFUNDA**

Trabalho apresentado ao Centro
Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD)
como pré-requisito para a obtenção de
Certificado de Conclusão de Curso de
Pós-graduação *Lato Sensu* em Análises
Ambientais e Desenvolvimento
Sustentável

Orientador: Prof. Msc. Fernanda Cornils
Benevides

Brasília, ____ de _____ de 2014.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Gilson Ciarallo

Prof. Dr. João Batista Drummond Câmara

Dedico este trabalho a meu esposo Augusto Drumond Moraes, sem o qual não teria conseguido concluir esta Pós-graduação *Latu sensu*, assim como a meus filhos Gabriel e João, ainda no ventre.

AGRADECIMENTO(S)

Agradeço primeiramente a todos os servidores e terceirizados do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) pela participação significativa na pesquisa intitulada 'A Comunicação do ICMBio', feita por meio de e-mail e formulário google doc. O percentual de participação foi expressivo – 255 responderam - o que demonstra que existe entre todos uma preocupação com a comunicação do Instituto e seu futuro propriamente dito.

Agradeço na sequência a todos aqueles que abriram as portas da autarquia para que eu realizasse tal pesquisa, a exemplo do presidente do ICMBio, Roberto Ricardo Vizentin, e o chefe de gabinete Roberto Suarez.

Agradeço minha orientadora Fernanda Cornils Benevides, cujo profissionalismo e paciência são marcas não apenas de uma excelente professora acadêmica, mas de uma grande profissional e amiga que atua levando a causa da agenda ambiental a seus alunos seja por meio de suas aulas, seja por meio de suas produções acadêmicas.

Agradeço a todos os colegas da Divisão de Comunicação do ICMBio, pessoas dedicadas à causa da Comunicação e do meio ambiente e que tudo fazem embebidos primeiramente do amor e dedicação à causa ambiental, lutando por uma comunicação melhor e mais efetiva no ICMBio.

Toda vida é fundamentalmente uma!
Arne Naess (1912-2009)

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo traçar uma análise acerca da comunicação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) - autarquia em regime especial vinculada ao Poder Executivo criada em 28 de agosto de 2007. Dentro desse objetivo o estudo buscou, portanto, traçar diretrizes iniciais que fundamentem a construção de uma Política de Comunicação para o Instituto Chico Mendes – considerada vital para a disseminação de suas ações junto aos diferentes públicos de interação. O trabalho envolveu, além da análise teórica comparada, a análise das respostas de 255 servidores e terceirizados acerca da Comunicação do ICMBio. O trabalho buscou as contribuições da teoria da Ecologia Profunda para o que se deseja de ideal no processo de gestão de áreas protegidas no Brasil e fundamentalmente de conservação da biodiversidade existente nessas áreas, revelando que ainda falta um longo processo para que o ICMBio se comuniquem melhor com seus públicos-alvo, levando a agenda da conservação da biodiversidade (existente nas áreas protegidas instituídas pela União) para dentro da vida das pessoas que vivem ao seu redor. Para isso verificou-se como historicamente essa comunicação do ICMBio se deu com seus públicos, como ela se dá atualmente e em que aspectos as teorias do decrescimento econômico e da ecologia profunda podem ajudar o ICMBio. Entre os resultados podemos destacar o fato dos participantes da pesquisa desconhecerem, em sua amplitude, o real papel da comunicação de uma instituição pública, como é o caso desta instituição governamental.

Palavras-chave: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; Instituto Chico Mendes; Política de Comunicação; Ecologia Profunda; Decrescimento.

ABSTRACT

The present study aimed to draw an analysis about communicating the Chico Mendes Institute for Biodiversity Conservation (ICMBio) -. Authority in the executive branch bound special regime established in August 28, 2007 Within this objective the study sought, therefore, to trace initial guidelines that support the construction of a communication policy for the Chico Mendes Institute - considered vital for the dissemination of their actions with different public interaction. The work involved, besides the theoretical comparative analysis, the analysis of the responses of 255 servers and outsourced communication about ICMBio. The study sought the contributions of the theory of Deep Ecology for what you want in the ideal management of protected areas in Brazil and fundamentally conservation of the biodiversity in these areas process, revealing that there is a long process so if ICMBio ocmuniquemelhro with their target audiences, leading to biodiversity conservation agenda (in existing protected areas established by the Union) into the lives of people who live around you. For this it was found that communication as historically ICMBio happened with their audiences, as it currently gives and in what aspects of economic degrowth theories and deep ecology can help ICMBio. Among the results we highlight the fact unaware of the research participants in their range, the actual role of communication in a public institution, as is the case with this government institution.

Keywords: Chico Mendes Institute for Biodiversity Conservation; Chico Mendes Institute; Communication Policy; Deep Ecology; Degrowth.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 A CRIAÇÃO DO INSTITUTO CHICO MENDES	10
2 CONTEXTO AMBIENTAL MUNDIAL E NACIONAL	18
3 DECRESCIMENTO ECONÔMICO: REVENDO CAMINHOS	27
4 ECOLOGIA PROFUNDA: REFLEXÕES PARA MUDANÇA NA ROTA	33
5 ICMBIO E SUA COMUNICAÇÃO	37
CONCLUSÃO: COMUNICAR UMA NOVA ORDEM	71
REFERÊNCIAS	76
ANEXO A MAPA ESTRATÉGICO DO ICMBIO	77
ANEXO B ORGANOGRAMA DO ICMBIO	78
ANEXO C MODELO DE MACROPROCESSOS E PROCESSOS DO ICMBIO	79

INTRODUÇÃO

O Brasil vive um momento crucial de crescimento econômico e de transformações sociais. Visando atender os avanços, muito tem se tentado fazer, seja na iniciativa privada seja na pública, em termos de atender as demandas por mais energia, mais estradas, mais petróleo, apenas citando alguns exemplos.

O modelo de crescimento não tem respeitado os limites de áreas consideradas protegidas por lei – as Unidades de Conservação da natureza, sejam federais (instituídas pela União), estaduais (instituídas pelos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente) ou municipais (instituídas pelos Órgãos Municipais de Meio Ambiente). As pressões são crescentes para que se desafete parte de suas áreas, para que se redefina limites geográficos, ou mesmo para que se mude categorias de parte delas visando atender a interesses econômicos.

Nesse sentido o presente trabalho tem como tema central a comunicação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) – autarquia em regime especial criada em 28 de agosto de 2007 com o objetivo de gerir em nível federal as Unidades de Conservação da natureza e promover a conservação da biodiversidade existente nessas áreas protegidas.

O presente estudo se propõe a compreender como se dá o processo de comunicação da autarquia com a sociedade – extratificada em diversos públicos-alvo com os quais o ICMBio vem dialogando desde que foi criado.

Os objetivos do presente trabalho foram traçar diretrizes estruturantes para a construção de uma Política de Comunicação do Instituto Chico Mendes, visando possibilitar que a autarquia dialogue melhor e de forma mais eficaz com seus diversos públicos.

Para alcançar esses objetivos, foi realizada uma pesquisa de opinião intitulada 'A Comunicação do ICMBio' entre todos os servidores, efetivos e colaboradores terceirizados da autarquia, contendo questões relacionadas ao dia a dia da comunicação, seja a oficial seja a extra-oficial.

Os objetivos específicos foram verificar como historicamente essa comunicação do ICMBio tem se dado com seus públicos; verificar os meios por meio

dos quais essa comunicação tem se dado e checar em que aspectos as teorias de decrescimento e da ecologia profunda podem ajudar o ICMBio na sua tarefa de disseminar suas ações.

Ao todo participaram 255 entrevistados, que responderam a 118 perguntas existentes no questionário da pesquisa. Desse total de perguntas, foi feito um recorte para análise mais detalhada neste estudo. Foram excluídas do presente estudo algumas perguntas fechadas e todas as perguntas abertas, cujos conteúdos necessitariam de um outro momento para maior detalhamento, a exemplo de uma especialização *Stricto sensu*.

Espera-se demonstrar com este trabalho a importância de uma comunicação institucional planejada, com investimentos de toda a espécie – como financeiros e humanos por exemplo – pois, sem uma diretriz e política definidos, a instituição fica mercê da gestão de crises e da gestão de situações pontuais, como eventos, produtos de folheteria e atendimentos de demandas de imprensa.

O presente trabalho foi então estruturado em 5 capítulos.

No primeiro capítulo, tratamos sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e todas as nuances políticas e de governo que envolveram tal processo. Já no segundo apresentamos um breve resumo dos contextos mundial e nacional em que essa criação se deu. Na sequência, nos capítulos 3 e 4, esboçamos duas teorias consideradas fundamentais para servirem de base à formulação das diretrizes de uma política de comunicação para o ICMBio, a saber: decrescimento econômico e ecologia profunda.

No último capítulo detalhamos a análise da pesquisa promovida entre os servidores do ICMBio e formulamos uma proposta de diretrizes que poderão balizar a construção de uma política de comunicação para a autarquia. A análise foi feita considerando a pergunta e o percentual majoritário dado pelos entrevistados a determinada resposta à cada pergunta feita. Em alguns momentos foi feita análise agregada de duas ou mais perguntas pela afinidade do tema que elas tratavam, sem comprometer a análise em si delas separadamente.

Espera-se que o leitor aprecie o estudo, que coloca ser impossível uma sociedade consumista, degradadora e que comprometa seu próprio futuro, sob

ameaças constantes e pressões sobre a rica biodiversidade existente fora ou dentro das áreas protegidas.

1 CRIAÇÃO DO INSTITUTO CHICO MENDES

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) é uma autarquia em regime especial criada em 28 de agosto de 2007, após aprovação no Congresso Nacional da Lei 11.516.

Vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, o ICMBio integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) juntamente com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Agência Nacional de Águas (ANA), Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ), Serviço Florestal Brasileiro (SFB), e órgãos estaduais e municipais de meio ambiente do Brasil.

Entre as competências do ICMBio estão executar as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, preconizadas na Lei 9.985/2000, podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as Unidades de Conservação instituídas pela União – também chamadas Unidades de Conservação federais.

Cabe a ele ainda fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das Unidades de Conservação federais (Lei 11.516/2007).

Além disso o Instituto Chico Mendes tem como competências apresentar e editar normas e padrões de gestão de Unidades de Conservação federais; propor a criação, regularização fundiária e gestão das Unidades de Conservação federais; e apoiar a implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

O ICMBio deve contribuir para a recuperação de áreas degradadas em Unidades de Conservação, fiscalizando e aplicando penalidades administrativas ambientais ou compensatórias aos responsáveis, pelo não cumprimento destes em relação às medidas necessárias para a preservação ou correção da degradação ambiental.

Cabe ao Instituto Chico Mendes monitorar o uso público e a exploração econômica dos recursos naturais nas Unidades de Conservação onde

isso for permitido, obedecidas as exigências legais e de sustentabilidade do meio ambiente.

Na área de pesquisa, ele deve contribuir para a geração e disseminação sistemática de informações e conhecimentos relativos à gestão de Unidades de Conservação, da conservação da biodiversidade e do uso dos recursos faunísticos, pesqueiros e florestais.

Ainda nessa área, o Instituto dissemina metodologias e tecnologias de gestão ambiental e de proteção e manejo integrado de ecossistemas e de espécies do patrimônio natural e genético de representatividade ecológica em escala regional e nacional.

A autarquia também cria e promove programas de educação ambiental, contribui para a implementação do Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente (Sinima) e aplica, no âmbito de sua competência, dispositivos e acordos internacionais relativos à gestão ambiental.

Outras competências do Instituto são propor e editar normas de fiscalização e de controle do uso do patrimônio espeleológico (cavernas) brasileiro, bem como fomentar levantamentos, estudos e pesquisas que possibilitem ampliar o conhecimento sobre as cavidades naturais subterrâneas existentes, além de elaborar o Relatório de Gestão das Unidades de Conservação (Fonte: Lei 11.516/2007).

1.1 Contexto Político: o atropelo via Medida Provisória

Mais do que a criação do ICMBio em si, o mais questionado pelos servidores do Ibama e comunidade ambiental brasileira, à época, foi o modo como o processo de criação da autarquia foi conduzido pela Presidência da República e pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) perante a sociedade.

É de conhecimento geral que o Ibama possuía um leque de atribuições, e que não estava dando conta de exercer todas elas. Um exemplo era a gestão de áreas protegidas instituídas pela União, que ficava em segundo plano frente às demandas de estratégias de fiscalização ambiental federal (prevenção e combate ao desmatamento da Amazônia, prioritariamente o PPCDAM - Plano de Prevenção e

Controle do Desmatamento na Amazônia Legal) e de licenciamento ambiental federal (grandes empreendimentos como as usinas hidrelétricas do Rio Madeira – UHE de Santo Antônio e UHE de Jirau, em Rondônia).

Em 14 de maio de 2007 os servidores do Ibama entraram em greve por tempo indeterminado contrários ao que chamavam de '*fragmentação do Ibama*'. Na pauta estava a Medida Provisória 366/2007, que criava uma autarquia em regime especial e retirava do Ibama a competência de criar e gerir Unidades de Conservação federais (Fonte: Folha de São Paulo Online).

A descoberta da Medida Provisória, já na pauta de discussões da Câmara dos Deputados, deu-se na véspera do dia em que começaria a ser discutida no Congresso Nacional.

O clima era de grande pressão para que empreendimentos considerados estratégicos para o Governo Federal fossem licenciados com rapidez, e a lista do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) era imensa.

Um pouco antes da greve – em 23 de abril de 2007 - o colunista do Globo, Ricardo Noblat, publicou em seu blog falas de bastidores do presidente da República à época, Luis Inácio Lula da Silva, em relação ao clima vivido no momento em que o Ibama havia concedido a Licença Prévia (LP) relativa ao licenciamento das usinas hidrelétricas do rio Madeira.

A LP continha uma série de condicionantes ao empreendedor, em particular algumas relativas à fauna de peixes – com especial citação acerca dos bagres – fonte de alimentação da população da região do rio Madeira:

...Se eu pudesse acabaria com o IBAMA. A confissão foi ouvida por interlocutores íntimos dele. Mas Lula está pouco se lixando para a sorte do bagre e de seus parentes. Cobra que as usinas saiam do papel. “Querem jogar o bagre no meu colo”, queixou-se ele na semana passada. E emendou: Alguns peixes não podem travar o desenvolvimento do país. (Texto intitulado O bagre de Lula, da Coluna Meio Ambiente, Blog do Noblat, Jornal O Globo, 23 de abril de 2007).

1.2 Planejamento Estratégico: surge uma vontade de fazer diferente

Mas a autarquia foi criada. Houve uma reação dos servidores do Ibama, contrários à aprovação da Medida Provisória (MP) 366/2007, que estava agora

convertida na Lei 11.516/2007. Mas a tarefa do escalão do governo federal era executar a Lei e fazer valer a nova autarquia criada.

Um grupo instituído pela então ministra de Estado do Meio Ambiente, Marina Silva, assumiu a autarquia com uma tarefa extremamente determinante de implementá-la, quebrando a visão que imperava de que a nova instituição já nascia sem forças, e que portanto não duraria muito tempo.

À frente da presidência do Instituto Chico Mendes a ministra Marina Silva colocou seu então secretário-executivo do MMA à época, João Paulo Capobianco, cuja missão era montar um time que conduzisse a gestão da nova instituição.

Em entrevista concedida à Divisão de Comunicação do ICMBio, quando da elaboração de reportagem retrospectiva pelos cinco anos do Instituto Chico Mendes, o ex-secretário João Paulo Capobianco, falou acerca da criação da autarquia:

Houve um esforço institucional de Governo no sentido de dar relevância e destaque a essa agenda da gestão de áreas protegidas e conservação da biodiversidade. Do meu ponto de vista e de todo o gabinete da Secretaria Executiva àquela época não havia dúvida que precisávamos avançar nesse sentido. As Unidades de Conservação haviam crescido muito em número e eram vistas de forma negativa tanto pelas comunidades do entorno quanto pela sociedade. A maioria dos países já havia feito um processo parecido e o Brasil não poderia ficar atrás. E foi nesse sentido que fizemos esse esforço intensivo e focado em dar uma instituição a esta agenda. Elaboramos a proposta e levamos ao presidente Lula, na época. Mostramos a ele a relevância da agenda e troxemos o debate para o centro de Governo, que logo aderiu à proposta. Houve uma incompreensão dos servidores do Ibama, à época, mas nós não sentimos que haveria compreensão do Congresso Nacional para que a discussão fosse feita via Projeto de Lei. Predomina no Congresso uma visão equivocada das Unidades de Conservação, de que elas não são importantes porque 'atrapalham' o crescimento do País. Se o Instituto fosse ser criado via PL dificilmente teríamos resolvido isso no Congresso e a questão se arrastaria para outro governo, sem a certeza da criação. Lula havia concordado e, do ponto de vista da criação, não havia alteração na legislação ambiental, da concepção da conservação. Quem trabalha no Instituto Chico Mendes tem hoje uma organização focada no tema, com uma agenda clara. Problemas como limite financeiro e de quadro diminuíram, o que permite um melhor planejamento. Inclusive esta foi a primeira providência tomada assim que o ICMBio foi criado – ele ter um Planejamento Estratégico, que contou com a participação dos próprios servidores. Deve haver a compreensão por parte do governo federal de que não basta criar Unidades de Conservação, mas é preciso garantir os meios para sua efetivação. Aos servidores dou os parabéns e que continuem mantendo o trabalho da boa gestão, buscando firmar a importância dessa agenda no centro do governo e avançando. Temos um patrimônio inigualável no Brasil. É preciso mais recursos e mobilizar a opinião pública acerca da importância das unidades. Sabemos que as avanços nem sempre estão no ritmo que gostaríamos, mas

difícilmente teríamos o número de conselhos estruturados nas UCs, de planos de manejo, entre outros, se o ICMBio não tivesse sido criado. Tenho mais de 30 anos de carreira na área ambiental e posso dizer que ter participado desse processo muito me orgulha. 1o presidente do ICMBio e atual secretário executivo do Instituto Sócio-ambiental (ISA), João Paulo Capobianco”. (Aspas o ex-secretário executivo do MMA, João Paulo Capobianco, para reportagem alusiva aos cinco anos de criação do Instituto Chico Mendes. A reportagem não pôde ser veiculada na época por razões internas).

Em pouco tempo, e já na gestão do ministro de Estado do Meio Ambiente Carlos Minc, que sucedeu Marina na pasta, foi criado um Comitê de Busca para escolha de um nome para ocupar a presidência do ICMBio, com base em lista quántupla que seria analisada pelo MMA.

O vencedor à época, considerando currículo e plano de trabalho, foi o engenheiro agrônomo, ex-presidente do Ibama e analista ambiental do ICMBio, Rômulo Fernandes Barreto de Mello. A missão dele passou a ser implementar um novo modelo de gestão, juntamente com o Comitê Gestor – formado por quatro diretorias da autarquia: Planejamento Administração e Logística, UCs de Proteção Integral, Ucs de Uso Sustentável e Conservação da Biodiversidade.

O primeiro grupo de gestores da autarquia conseguiu definir um Planejamento Estratégico para a autarquia baseado em um modelo voltado para resultados e desenhado por processos de trabalho transversais. O processo envolveu as seguintes fases cumpridas:

FASE I - Modelagem Institucional (2007/2008)

- Estratégia: Missão, Objetivos e Ações Estruturantes
- Estrutura: Modelo de Governança Corporativa, Estrutura
- Organizacional Básica e Modelo Institucional para UC
- Modelo de Financiamento

FASE II - Modelagem de Resultados, Processos e Instrumental (2010/2013)

- Modelagem dos resultados (objetivos, metas e indicadores). 2010/2012

- Modelagem dos processos: desenho dos fluxos e efetiva implementação da gestão por processos. 2012/2013
- Modelagem instrumental: concepção e implementação de ferramenta informatizada para monitoramento. 2012/201

Entre as definições feitas estiveram as da missão, visão e mapa estratégico do Instituto Chico Mendes, a saber:

Missão: Proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental. (Fonte: Portal do Instituto Chico Mendes www.icmbio.gov.br/portal).

Visão: Ser reconhecido pela sociedade brasileira como referência na conservação da biodiversidade e na gestão de unidades de conservação. (Fonte: Portal do Instituto Chico Mendes www.icmbio.gov.br/portal).

Mapa Estratégico (Anexo A)

O cumprimento desta missão tem se dado por meio da gestão de Unidades de Conservação federais, da promoção do desenvolvimento socioambiental das comunidades tradicionais naquelas consideradas de uso sustentável, da pesquisa e gestão do conhecimento, da educação ambiental e do fomento ao manejo ecológico.

Em termos de competências, às Unidades de Conservação federais e aos Centros de Pesquisa e Conservação cabem produzir, por meio da pesquisa científica, do ordenamento e da análise técnica de dados, o conhecimento necessário à conservação da biodiversidade, do patrimônio espeleológico e da sociobiodiversidade associada a povos e comunidades tradicionais.

Uma das entregas feitas pelo primeiro grupo que assumiu a autarquia foi a conquista da aprovação do Decreto 7.515, de 08 de julho de 2011 no Congresso Nacional, detalhando a estrutura regimental do Instituto Chico Mendes.

Com isso, a autarquia passou a ter a seguinte estrutura definida: uma sede nacional em Brasília, Distrito Federal; um órgão colegiado intitulado Comitê Gestor - formado pelo Presidente, Diretores, Procurador Federal, Auditoria e Assessorias de Comunicação, Internacional e Parlamentar; um órgão de apoio direto ao presidente intitulado Gabinete; órgãos seccionais – no caso a Procuradoria Federal Especializada, a Diretoria de Planejamento, Administração e Logística e a

Auditoria Interna; e órgãos específicos singulares – no caso a Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação, Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial e Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade.

Integram, ainda, a estrutura organizacional do Instituto as unidades descentralizadas, formadas pelas Coordenações Regionais (CRs), Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação, pelo Centro de Formação em Conservação da Biodiversidade (Acadebio), pelas Unidades Avançadas de Administração e Finanças (UAAF), e pelas Unidades de Conservação federais espalhados pelo território nacional.

1.3 Servidores fazem escolhas: Ibama ou ICMBio?

No período que sucedeu à criação do Instituto Chico Mendes, mesmo após o fim da paralisação de 90 dias em nível nacional, ainda perdurava um clima de extremo descontentamento com a criação do ICMBio. Os servidores voltaram a seus postos e aqueles que trabalhavam diretamente com a gestão de Unidades de Conservação foram automaticamente redistribuídos do Ibama para a nova autarquia recém criada.

Mais do que a criação em si, pairava a sensação de que o modo como o Instituto Chico Mendes foi criado deixava 'no ar' todo um clima de revolta 'engolida', considerando que o processo não foi nada participativo, em particular para os servidores que trabalhavam historicamente na agenda da conservação da biodiversidade.

Em termos estruturantes, no campo dos recursos humanos, em 2008 o ICMBio promoveu seu primeiro concurso público, ocasião em que foram supridas 175 vagas para o cargo de analista ambiental.

Em 2014 foi realizado o segundo concurso, com a oferta de 271 vagas, sendo deste total: 168 para técnico administrativo (nível médio), 53 para técnico ambiental (nível médio), 20 para analista administrativo (nível superior) e 30 para analista ambiental, voltadas para as Unidades de Conservação presentes no Complexo da Bacia do Tapajós.

Com base em informações concedidas pela Coordenação Geral de Gestão de Pessoas do ICMBio, e com data-base de outubro/2013, o quadro de servidores efetivos e terceirizados, sem contar os selecionados no segundo concurso e que ainda não foram empossados, era de:

Quadro 1 – Quantitativo de servidores efetivos e terceirizados do ICMBio

Cargo Servidores Efetivos	Outubro/2013 / Quantidade
Analista Ambiental	1.109
Analista Administrativo	60
Técnico Ambiental	201
Técnico Administrativo	356
Auxiliar Administrativo	61
Total Parcial	1.787
Cargo Servidores Terceirizados	Março/2014 / Quantidade
Diversos	2.611
Total Geral	4.398

Fonte: Coordenação Geral de Gestão de Pessoas do ICMBio (2014)

Ou seja, após quase sete anos efetivos de sua criação a autarquia conta majoritariamente com um quadro de servidores terceirizados, o que mostra a baixa relevância da agenda das áreas protegidas e da conservação da biodiversidade existente dentro delas, e em particular a baixa relevância da área ambiental em si frente às demais nacionalmente.

2 CONTEXTO AMBIENTAL MUNDIAL E NACIONAL

Segundo Bursztyn (2012), no final do século XXI a questão ambiental assumiu uma conotação mais globalizada. Os produtos ganharam, no mercado econômico, um outro ciclo de vida, mais encurtado. O conceito de obsolescência programada se fez presente, fazendo com que o mesmo produto se torne obsoleto de forma mais rápida e planejada, empurrando consumidores para adquirirem sua nova versão. (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012, p.284).

A população mundial quadruplicou no século XXI, saltando de 1,6 bilhões para 7 bilhões em 2013, concentrado nos países em desenvolvimento. Os países atualmente mais ricos começaram a fase de desaceleração do crescimento demográfico no final do século XIX, estando próximos à estabilização. Nos países menos desenvolvidos a situação se assemelha à Europa do século XIX. E a pressão, segundo os autores, tende a aumentar consideravelmente no primeiro quarto do século XXI, já que a produção agrícola deverá ser multiplicada por 2 e o consumo de energia por 1,6 (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012, p.290).

A pressão demográfica é outra que provoca crescimento do consumo de recursos naturais e o lançamento de resíduos no meio natural. E a lógica do industrialismo – produzir e consumir cada vez mais – tem como corolário utilizar quantidades crescentes de recursos naturais e descartar quantidades crescentes de resíduos. (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012, p.295).

Um habitante de um país industrializado consome nove vezes mais energia fóssil, seis vezes mais carne bovina, vinte vezes mais alumínio, dezesseis vezes mais cobre e duas vezes e meia mais madeira que um habitante de um país em desenvolvimento (Bontems & Rotillon, 1998) apud Bursztyn, Maria Augusta, and Marcel Bursztyn. Fundamentos de política e gestão ambiental: caminhos para a sustentabilidade. Garamond, 2012. pag 296).

Em termos nacionais, e quando se fala em gestão de áreas protegidas, é impossível não elencar os avanços e retrocessos existentes desde a criação do primeiro parque nacional – Parque Nacional do Itatiaia, em 1937. A exemplo começamos com o avanço da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, considerada uma das mais avançadas em termos ambientais

entre as constituições do mundo – e que teve um capítulo (VI – DO MEIO AMBIENTE) dedicado ao tema meio ambiente (artigo 225 e seus parágrafos).

Criou-se, a partir desse marco, um direito constitucional fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Como entidade autônoma, o meio ambiente passou a ser considerado “bem de uso comum do povo”, sendo reputado bem essencial à sadia qualidade de vida, com obrigações definidas de fazer, no caso zelar pela sua defesa e preservação (do meio ambiente). (Milaré, 2007, página 151).

Na Constituição de 1988 há uma definição clara de espaços territoriais protegidos, inovando ao adotar essa terminologia para designar uma área sob regime especial de administração, com o objetivo de proteger atributos ambientais pelo Poder Público:

CAPÍTULO VI

DO MEIO AMBIENTE

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; (Regulamento)

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético; (Regulamento) (Regulamento)

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção; (Regulamento)

E segundo Miguel Serediuk Milano, as áreas protegidas foram assumindo outros objetivos, para além da conservação, tais como: proteção de recursos

hídricos, manejo de recursos naturais, desenvolvimento de pesquisas científicas, manutenção do equilíbrio climático e ecológico, bem como preservação de recursos genéticos, o que mostra que seu papel e importância vai muito além de seus limites geográficos. (Milaré, 2007, página 159).

Antes da promulgação da Constituição em 1988, o Brasil deu outro salto ao aprovar a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6.938/81), que tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.

DO SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

Art 6º - Os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, **responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental**, constituirão o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, assim estruturado:

I - órgão superior: o Conselho de Governo, com a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais; (Redação dada pela Lei nº 8.028, de 1990)

II - órgão consultivo e deliberativo: o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida; (Redação dada pela Lei nº 8.028, de 1990)

III - órgão central: o Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar, como órgão federal, a política nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente; (Redação dada pela Lei nº 8.028, de 1990)

IV - órgãos executores: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e o **Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes**, com a finalidade de executar e fazer executar a política e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente, de acordo com as respectivas competências; (Redação dada pela Lei nº 12.856, de 2013)

V - Órgãos Seccionais: os órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental; (Redação dada pela Lei nº 7.804, de 1989)

VI - Órgãos Locais: os órgãos ou entidades municipais, responsáveis pelo controle e fiscalização dessas atividades, nas suas respectivas jurisdições; (Incluído pela Lei nº 7.804, de 1989)

§ 1º - Os Estados, na esfera de suas competências e nas áreas de sua jurisdição, elaborarão normas supletivas e complementares e padrões

relacionados com o meio ambiente, observados os que forem estabelecidos pelo CONAMA.

§ 2º Os Municípios, observadas as normas e os padrões federais e estaduais, também poderão elaborar as normas mencionadas no parágrafo anterior.

§ 3º Os órgãos central, setoriais, seccionais e locais mencionados neste artigo deverão fornecer os resultados das análises efetuadas e sua fundamentação, quando solicitados por pessoa legitimamente interessada.

§ 4º De acordo com a legislação em vigor, é o Poder Executivo autorizado a criar uma Fundação de apoio técnico científico às atividades do IBAMA. (Redação dada pela Lei nº 7.804, de 1989) (Fonte: Lei 6.938/1981)

Unidade de conservação pode ser conceituada como “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (Milaré, 2007, página 654).

Ao todo a Lei 9.985/00 elenca 12 categorias de unidades de conservação da natureza, divididas em dois grupos – Proteção Integral e Uso Sustentável. No grupo de unidades de conservação de Proteção Integral existem as categorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre.

No grupo de unidades de conservação de Uso Sustentável temos: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

É pacífico que diversos estudos levam a desafetação, redução ou redefinição de limites de áreas protegidas, ou até mesmo que leve a mudanças na sua categoria original, ou até mesmo em sua extinção. Em alguns casos, o problema é que tais alterações podem vir conduzidas por interesses econômicos sobre determinadas áreas.

Podemos elencar as constantes ameaças sobre as áreas protegidas do Brasil, a exemplo de medidas no Legislativo para a redução de limites visando atender, em parte, esses interesses econômicos.

Um exemplo é a Medida Provisória 558, de 06/01/2012, que redefiniu os limites de sete unidades de conservação federais - os Parques Nacionais da

Amazônia, dos Campos Amazônicos e Mapinguari, das Florestas Nacionais de Itaituba I, Itaituba II e do Crepori e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós visando atender interesses relacionados ao empreendimento da UHE do Complexo do Tapajós – obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – e que foi duramente criticada pela sociedade, meios de comunicação e até por servidores que atuam nessas Unidades de Conservação.

Quadro 2a - Últimas redefinições de limites em UC (ampliações e desafetações) – Ano 2012:

Ação	Ano	Categoria	Unidade de Conservação	UF	Bioma	Hectares
Criações	2012	PN	Furna Feia	RN	CA	8.494
	2012	RB	Bom Jesus	PR	MA	34.179
Reduções	2012	Várias	LEI Nº 12.678, DE 25 DE JUNHO DE 2012 (Ver Tabela Abaixo)			
Ampliações	2012	FN	Araripe Apodi, Goytacases, Descobrimento	CE	CA	+ 706
		FN		ES	MA	+ 73
		PN		BA	MA	+ 1.065
Criações	2013	PN	Ilha dos Currais	PR	ZC	1.369

Fonte: Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação do ICMBio

Quadro 2b - Últimas redefinições de limites em UC (ampliações e desafetações) ocorridas com a aprovação da Lei Nº 12.678, de 25 de junho 2012

Unidade de Conservação	Área original	Área excluída	Percentual de desafetação	Área ampliada	Área final
Parque Nacional da Amazônia	1.112.630ha	47.080ha	4,23%	804ha	1.066.354ha
Parque Nacional do Mapinguari	1.784.425ha	8.470ha	0,47%	-	1.775.955ha
Parque Nacional dos Campos Amazônicos	811.192ha	34.149ha	4,21%	184.615ha	961.658ha
Floresta Nacional Itaituba I	220.693ha	7.705ha	3,49%	-	212.988ha
Floresta Nacional Itaituba II	427.366ha	28.453ha	6,66%	-	398.913ha
Floresta Nacional de Crepori	741.244ha	856ha	0,12%	-	740.388ha
Área de Proteção Ambiental Tapajós	2.060.332ha	19.916ha	0,97%	-	2.040.416ha
Fona Tapajós	549.066ha	17.851 ha	3,25%	-	531.215ha

Fonte: Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação do ICMBio

Quadro 2c - Lista de projetos de lei que propõe a redefinição de limites de UC – Ano 2012:

PL	ANO	AUTOR	EMENTA	SITUAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL
(PLC 107/02) PL 4589	2001	Dep. Antonio Carlos Kondre Reis	Altera os limites do Parque Nacional de São Joaquim, no Estado de Santa Catarina..	Câmara dos Deputados : Plenário ICMBio: FATMA nos contactou informando que proposta abarca 90% de UC estadual já com plano de manejo. Chefe da UC estadual está Conselho de São Joaquim. Conselho está avaliando a proposta. Relator: dep. Osmar Serraglio (PMDB-PR)
PL 6479	2006	Dep. Zequinha Marinho	Altera os limites do Parque Nacional da Serra do Pardo	CCJC – Câmara dos Deputados Relator: Posição:
PLS 206	2007	Sen. Valdir Raupp	Exclui uma fração da área da reserva extrativista do rio outro preto, localizada nos Municípios de Guajará-mirim e Vila Nova Mamoré no Estado de Rondônia.	CAE – Senado Federal : Relator: Senador Demóstenes Torres Posição:
PLC 148 Tramita em conjunto com PLC 147/2010	2010	Dep. Carlos Melles	Altera os limites do Parque Nacional da Serra da Canastra que passa a compor o mosaico de unidades de conservação da Serra da Canastra, nos termos do art. 26 da Lei 9985 de 18 de julho de 2000.	CMA – Senado Relator: Sen. Rodrigo Rollemberg ICMBio: Situação: matéria com a Relatoria
	2010	Dep. Carlos Melles	Cria a área de Proteção Ambiental da Serra da Canastra, que passa a compor o Mosaico de Unidades de Conservação da Serra da Canastra, nos termos do art. 26 da lei n. 9985, de 18 de julho de 2000.	CMA – Senado Relator: Sen. Rodrigo Rollemberg (idem acima)
	2007	Dep. Augusto Carvalho - PPS/DF.	Dispõe sobre a Gestão da Área de Proteção Ambiental do Planalto Central (transfere a gestão	CMADS – Câmara dos Deputados Relator: Dep. Chico Alencar (PSOL-RJ) Posição:

			para o GDF)	
PDC 1148	2008	Dep. Zequinha Marinho	Susta os efeitos do Decreto do Presidente da Republica, sem numero, de 13 de fevereiro de 2006, que cria a Floresta Nacional do Jamanxim, no Município de Novo Progresso, no Estado do Pará	CCJC – Câmara dos Deputados Relator: Dep. Ricardo Tripoli (PSDB-SP) Posição: pela rejeição
PLS 258	2009	Sen. Flexa Ribeiro	Altera a categoria da unidade de conservação reserva biológica nascentes da serra do cachimbo para Parque Nacional Nascentes da Serra do Cachimbo e Área de Proteção Ambiental Vale do XV, nos municípios de Altamira e Novo Progresso no Estado do Pará	CMA - Senado Relator: Cícero Lucena Posição:
PL-6927	2010	Domingos Dutra - PT/MA.	Altera a categoria da unidade de conservação Parque Nacional da Chapada das Mesas para Reserva Extrativista Chapada das Mesas, nos municípios de Carolina, Riachão e Estreito no Estado do Maranhão.	CMADS - Câmara dos Deputados Relator: Dep. Sarney Filho (PV-MA) Posição:
PL 7999	2010	Dep. Magela - PT/DF	Altera a Lei nº 11.285, de 08 de março de 2006, que estabelece os limites do Parque Nacional de Brasília.	CMADS - Câmara dos Deputados Relator: Dep. Augusto Carvalho (PPS-DF) Posição:

PL 2618	2011	Nelson Marquezelli - PTB/SP.	Altera os limites do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, nos Estados do Piauí, Maranhão, Bahia e Tocantins criado pelo decreto de 16 de julho de 2002.	Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público Relator: Dep. Laercio Oliveira (PR-SE) Posição:
---------	------	------------------------------	---	--

Fonte: Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação do ICMBio

Um Estudo intitulado *Downgrading, Downsizing, Degazettement, and Reclassification of Protected Areas in Brazil* (Rebaixamento, Redução, Extinção e Reclassificação de Áreas Protegidas no Brasil), realizado por cientistas da Universidade Federal de Pernambuco e da ONG Imazon¹, revelou que em três décadas (31 anos), foram realizadas 93 alterações em Unidades de Conservação localizadas em 16 estados brasileiros, o que fez com que elas perdessem 5,2 milhões de hectares, uma área maior do que o Estado do Rio de Janeiro.

O estudo foi publicado dia 23 de abril de 2014, na revista científica *Conservation Biology* e indica que o fenômeno está se intensificando.

A partir de 2008, essas alterações se tornaram mais frequentes, sendo que 74% delas ocorreram entre 2008 e 2012", disse a advogada e especialista em Bioestatística Elis Araújo, co-autora do estudo e pesquisadora do Imazon (Instituto Homem e Meio Ambiente da Amazônia). Reportagem portal O eco

Para avaliar as alterações, os pesquisadores da Universidade Federal de Pernambuco e do Imazon utilizaram a classificação PADD (Protected Area Downgrading, Downsizing, and Degazettement, em inglês, ou algo como Rebaixamento, Redução e Extinção de Status de Áreas Protegidas), produzida pelo WWF (World Wildlife Fund), que divide as alterações em 3 categorias: extinção total do status de área protegida, redução do tamanho e redução no nível de proteção.

¹O Imazon é um instituto de pesquisa cuja missão é promover o desenvolvimento sustentável na Amazônia por meio de estudos, apoio à formulação de políticas públicas, disseminação ampla de informações e formação profissional. O Instituto foi fundado em 1990, e sua sede fica em Belém, Pará. O estudo está acessível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/cobi.12298/abstract>

A criação de Infraestrutura de geração e transmissão de energia está entre as principais causas das medidas que atingiram Unidades de Conservação (UCs), diz o estudo. Entre 2010 e 2012, um total de 19 UCs sofreram redução de limites ou de proteção devido a estes investimentos. Um exemplo foi a transformação do Parque Estadual Nhamundá, no Amazonas, em Área de Proteção Ambiental Guajuma, em 2009. A mudança de classificação reduziu as restrições de uso para permitir a passagem do Linhão de Tucuruí, e foi aprovada pela Assembleia Legislativa do estado. Reportagem portal O eco

Outros retrocessos podem ser vistos a exemplo do crescimento e pressão do agronegócio sobre as áreas protegidas, sob a vertente de que o Brasil precisa de mais áreas agrícolas ou de pecuária. Sem contar a crescente ameaça a parques nacionais sobre a vertente do que 'escondem' de potencial, tais como minérios, e outras riquezas escondidas em seu território.

Um dos exemplos mais clássicos e categóricos e que inclusive levou à criação da autarquia está na pressão para que obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) tenham prioridade do licenciamento ambiental federal e que as Unidades de Conservação da natureza não representem em nenhuma esfera – federal, estadual ou municipal – impedimento para que surjam mais estradas, oleodutos, usinas hidrelétricas, entre outros empreendimentos.

Em todos esses casos o que é mais fácil? Pensar a lógica de que a natureza deve abrir suas fronteiras para esse eterno crescimento, ou repensar política e estrategicamente a lógica desse mesmo modelo de crescimento, para o qual não há fim, exceto que não exista mais nenhuma área verde/natural a ser explorada para atender mais a esses interesses econômicos?

3 DECRESCIMENTO ECONÔMICO: REVENDO CAMINHOS

O presente trabalho tem como estudo de caso a Comunicação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Entre as questões centrais deste estudo estão: Uma Política de Comunicação para o Instituto Chico Mendes poderá auxiliar a autarquia na disseminação de suas ações junto aos diferentes públicos com os quais dialoga? E esta comunicação, uma vez desenhada, pode ajudar a disseminar na sociedade uma visão de que é preciso pensar maduramente um novo modelo de crescimento econômico?

As unidades de conservação da natureza, instituídas pela União por meio do Instituto Chico Mendes, não podem ser vistas como ilhas isoladas, afastadas da realidade econômico-social do meio em que estão inseridas. É preciso construir uma 'via de mão dupla' na qual tanto sociedade quanto meio ambiente protegido na forma dessas unidades ganhem, em conservação e em melhoria na qualidade de vida das pessoas.

É posto e dado que não há como compatibilizar um crescimento econômico infinito considerando recursos naturais que são finitos. (LATOUCHE, 2009, página 4).

O trabalho visa responder, ainda, se o modelo de decrescimento econômico a ser detalhado, bem como de Ecologia Profunda, podem trazer para esta visão de que precisamos urgentemente conhecer nossa natureza, e diante de tal conhecimento, perceber que sem ela nosso futuro está comprometido.

Para isso fomos buscar no teórico Serge Latouche a base para nossa defesa. Ele conceitua decrescimento como:

Conviria mais falar em a-crescimento, de rejeitar o culto irracional e quase idolatra do crescimento pelo crescimento...A meta é uma sociedade em que se viverá melhor trabalhando e consumindo menos. (LATOUCHE, 2009, página 6).

Segundo Latouche é preciso tornar o crescimento mais humano e mais equilibrado, distinguindo o que ele chama de “desenvolvimento” de “crescimento”,

pois é possível haver desenvolvimento sem atrela-lo o tempo todo, como intencionalmente faz a ideologia dominante, ao eterno crescimento (LATOUCHE, 2009, página 11).

Este teórico vem nos falar que não só a sociedade de crescimento não é desejável, como ela não é sustentável (LATOUCHE, 2009, página 13). Segundo ele três ingredientes são necessários para que a sociedade de consumo possa progredir na sua ronda diabólica: a publicidade, que cria o desejo de consumir; o crédito, que fornece os meios; e a obsolescência acelerada e programada dos produtos, que renova a necessidade das pessoas (LATOUCHE, 2009, página 17).

A publicidade nos faz desejar o que não temos e desprezar aquilo de que já desfrutamos. Ela cria e recria a insatisfação e a tensão do desejo frustrado. Cada vez mais a demanda já não incide sobre bens de grande utilidade e sim sobre bens de alta futilidade, sendo que ela constitui o segundo maior orçamento mundial depois da indústria de armamentos, consolidando-se em pouição material, visual, auditiva, mental e espiritual.

O uso do dinheiro e do crédito é um potente ditador de crescimento no Norte e, de modo mais destrutivo e trágico, no Sul. Em sua obra 'Pequeno Tratado do decrescimento Sereno', Latouche cita que em 1950 Vico Lebow escreveu que nossa economia exige que façamos do consumo nosso estilo de vida. À bulimia consumista dos fissurados em supermercados e lojas de departamentos corresponde o workholismo, o vício em trabalho, alimentado por um consumo excessivo de antidepressivos (LATOUCHE, 2009, página 18-20).

Mas o que ocorre é que a Terra não é um sistema fechado e a quantidade recebida é limitada e em nada muda a superfície disponível ou o estoque de matérias-primas. Se não agirmos muito rápido e muito energicamente, o que nos espera em breve é a morte por asfixia. É urgente redescobrir a sabedoria do caracol, que nos ensina a necessária lentidão para pensar uma sociedade do “decrescimento”, se possível sereno e convival. (LATOUCHE, 2009, página 26).

Latouche elenca cinco cenários possíveis para nosso desaparecimento, entre elas o esgotamentos dos recursos naturais. Mas o principal problema está na lógica desmedida de nosso sistema econômico. Seremos capazes de dividir os

recursos com honestidade e equidade? Segundo ele, esse é o desafio do decrescimento. (LATOUCHE, 2009, página 35).

Segundo o teórico do decrescimento, um círculo vicioso de oito erres se faz necessário praticar: reavaliar, reconceituar, reestruturar, redistribuir, realocar, reduzir, reutilizar, reciclar, pois eles são capazes de desencadear um processo de decrescimento sereno, convival e sustentável. Latouche os detalha da seguinte forma:

Reavaliar: O altruísmo deve prevalecer sobre o egoísmo, a cooperação sobre a competição desenfreada, o prazer do lazer e o éthos do jogo sobre a obsessão do trabalho, a importância da vida social sobre o consumo ilimitado, o local sobre o global...

Vida espiritual: Devemos reconquistar a qualquer preço, pois está na base de nosso florescimento e nossa salvaguarda para o futuro.

Reconceituar: Conceitos de riqueza e de pobreza, por exemplo...bem como o par infernal escassez e abundância.

Reestruturar: Orientarmo-nos para uma sociedade de decrescimento, adaptando o aparelho produtivo e as relações sociais em função da mudança de valores.

Redistribuir: Redistribuição das riquezas e o acesso ao patrimônio natural, entre o Norte e o Sul, como dentro de cada sociedade, entre classes, gerações e indivíduos.

Relocar: Produzir localmente os produtos destinados à satisfação das necessidades da população...e toda decisão econômica, política e cultural que possa ser tomada em escala local passar a ser tomada localmente.

Reduzir: Diminuir o impacto sobre a biosfera de nossos modos de produzir e de consumir, limitando o consumo excessivo e o incrível desperdício de nossos hábitos.

Reutilizar/reciclar: Reduzir o desperdício desenfreado, combater a obsolescência programada dos equipamentos e reciclar os resíduos não utilizáveis diretamente....A convivalidade reintroduz o espírito de doação no comércio social, em contraste com a lei da selva. (LATOUCHE, Serge. Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno. Martins Fontes, São Paulo, 2009, página 44-54).

Temos que reaprender a sabedoria dos tempos passados, de desfrutar da lentidão, apreciar nosso território e reduzir o tempo de trabalho, desintoxicando-nos. Não construiremos uma sociedade serena de decrescimento sem recuperar as dimensões recalçadas da vida: o prazer de cumprir seu dever de cidadão, o prazer das atividades de fabricação livre, artística ou artesanal, a sensação do tempo recuperado para a brincadeira, a contemplação, a meditação, a conversação, ou até mesmo a alegria de estar vivo².

²Outros dois autores que trabalham com essa temática do decrescimento são Ivan Illich e Nicholas Georgescu-Roegen. O primeiro adota o conceito de "coisificação", que consiste na transformação da percepção das necessidades reais em produtos

Nesse sentido uma instituição como o Instituto Chico Mendes, cujo objeto nobre de trabalho é a criação e gestão de áreas protegidas instituídas pela União (Governo Federal) tem papel decisivo na transformação da mentalidade da sociedade em um novo modelo, em que a natureza sirva de cenário real e efetivo para a desaceleração e mudança de valores.

Renovando-se a velha fórmula dos ecologistas, do pensar globalmente, mas agir localmente, a bioregião ou ecorregião³, seja urbana ou rural podem ser dotadas de uma forte capacidade de autossustentabilidade ecológica, visando à redução das deseconomias externas e do consumo de energia. E nesse sentido, o local passa a ter papel fundamental de proteção em relação às concorrências selvagens e desleais. Seria ver o universal como o local sem os muros; e o local considerando o universal com suas fronteiras, limites, zonas tampão, passadores, intérpretes e tradutores (LATOUCHE, 2009, página 63).

Como o crescimento e o desenvolvimento são respectivamente crescimento da acumulação do capital e desenvolvimento do capitalismo, o decrescimento é obrigatoriamente um decrescimento da acumulação, do capitalismo, da exploração e da predação. Portanto sair do desenvolvimento, da economia e do crescimento não implica renunciar a todas as instituições sociais que a economia anexou, mas implica reinseri-las numa outra lógica (LATOUCHE, Serge. Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno. Martins Fontes, São Paulo, 2009, página 128-131).

Por não se identificar com uma concepção superficial da ecologia, a teoria do decrescimento, de Serge Latouche, estaria mais situada ao lado da ecologia “profunda”, considerando-se uma necessidade de se optar pelo ecocentrismo em detrimento do antropocentrismo (LATOUCHE, Serge. Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno. Martins Fontes, São Paulo, 2009, página 140).

manufaturados de massa. Ou seja, as necessidades reais das pessoas transformam-se na necessidade por produtos industriais: a sede se converte na necessidade de um refrigerante, a mobilidade se reduz à necessidade de se ter um carro e a saúde se transforma na necessidade de tomar remédios e suplementos comprados numa farmácia. Ele critica a hegemonia do sistema de saúde, por exemplo, pautado numa abordagem industrial, individual, privatista e heteronômica. Ou seja, a apropriação perversa da medicina pela indústria, que transforma a primeira em mero produto destinado ao consumo. O segundo cunhou o conceito de decrescimento como um conceito econômico e também político, na década de 1970, baseado nas teses de sua obra *The Entropy Law and the Economic Process* (1971). Para Georgescu-Roegen, a tese do decrescimento baseia-se na hipótese de que o crescimento econômico - entendido como aumento constante do Produto Interno Bruto (PIB) - não é sustentável pelo ecossistema global. Esta idéia é oposta ao pensamento econômico dominante, segundo o qual a melhoria do nível de vida seria decorrência do crescimento do PIB e portanto, o aumento do valor da produção deveria ser um objetivo permanente da sociedade. Ou seja, os recursos naturais são limitados e portanto não existe crescimento infinito. A melhoria das condições de vida deve, portanto, ser obtida sem aumento do consumo, mudando-se o paradigma dominante.

³O conceito de bioregião ou ecorregião foi cunhada por Latouche e pode ser mais ou menos urbana ou rural. A urbana com uma municipalidade de municipalidades ou “uma cidade de cidades”, ou até uma cidade de vilarejos, dotados de uma forte capacidade de autossustentabilidade ecológica, visando à redução das deseconomias externas e do consumo de energia. (LATOUCHE, 2009, página 60).

4 ECOLOGIA PROFUNDA: REFLEXÕES PARA MUDANÇA NA ROTA

Uma das teorias que podem auxiliar o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) na formulação de sua Política de Comunicação é a da Ecologia Profunda, escola filosófica fundada pelo filósofo norueguês Arne Naess no início da década de 70. Segundo Naess há distinção entre o que ele denomina “ecologia rasa” e ‘ecologia profunda”. A primeira é antropocêntrica, ou centrada no ser humano, vendo-o como situado acima ou fora da natureza, atribuindo apenas um valor instrumental, ou de “uso”, à natureza.

Já a ecologia profunda não separa seres humanos do meio ambiente natural. Ela vê o mundo como uma rede de fenômenos que estão fundamentalmente interconectados e interdependentes. Ela reconhece o valor intrínseco de todos os seres vivos e concebe os seres humanos apenas como um fio particular na teia da vida.

A percepção da ecologia profunda é fundamentalmente espiritual ou religiosa, em um modo de consciência no qual o indivíduo tem uma sensação de pertencimento, de conexão com o cosmos como um todo e com isso a percepção ecológica passa a ser espiritual, na sua essência mais profunda, inspirada em valores transcendentais, que têm como representantes Henry David Thoreau e John Muir.

Outro modo pelo qual Arne Naess caracterizou a ecologia profunda foi de que ela consiste em formular questões mais profundas a respeito dos fundamentos da nossa visão de mundo e de nosso modo de vida modernos, científicos, industriais, orientados para o crescimento e, por isso, materialistas. O questionamento se dá com base numa perspectiva ecológica, ou seja, a partir da perspectiva de nossos relacionamentos uns com os outros, com as gerações futuras e com a teia da vida da qual somos parte.

Toda a questão dos valores é fundamental para a ecologia profunda; é, de fato, sua característica definidora central, pois ela (a ecologia profunda) está alicerçada em valores ecocêntricos (centrados na Terra), numa visão de mundo que reconhece o valor inerente da vida não-humana. E essa ética ecológica profunda é urgentemente necessária nos dias de hoje (CAPRA, 1996, página 3).

Segundo Fritjof Capra, durante a revolução científica no século XVII, os valores eram separados dos fatos, e desde essa época tendemos a acreditar que os fatos científicos são independentes daquilo que fazemos, e são, portanto, independentes dos nossos valores. Mas os fatos científicos emergem de toda uma constelação de percepções, valores e ações humanas, ou seja, de um paradigma.

A natureza e o eu são um só. Essa expansão do eu até a identificação com a natureza é a instrução básica da ecologia profunda. O cuidado flui naturalmente se o eu é ampliado e aprofundado de modo que a proteção na natureza seja sentida e concebida como proteção de nós mesmos (Capra, Fritjof. "Ecologia profunda; um novo paradigma." Capra, F. A teia da vida: Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo. Cultrix, 1996).

Ou seja, o vínculo entre uma percepção ecológica e o comportamento correspondente não é uma conexão lógica, mas psicológica. Se temos a percepção, ou a experiência ecológica profunda de sermos parte da teia da vida, então estaremos inclinados a cuidar de toda natureza viva.

Quando se analisa a teoria da ecologia profunda é impossível não traçar o paralelo entre biocentrismo versus antropocentrismo, considerando que a visão do homem como detentor dos bens naturais predomina em várias sociedades, e que esta deve ficar sob seu jugo.

Foram surgindo enfoques antropocêntricos ou biocêntricos da discussão ética da ecologia – uns de que o ser humano detém o protagonismo no mundo e de seu papel central em relação à natureza. O ser humano, no entanto, é apenas um elemento a mais no ecossistema da natureza, um elo ao lado de outros na cadeia de reprodução da vida. Por isso, o protagonismo pertence à vida (Junges, José Roque. "Ética Ecológica: Antropocentrismo ou Biocentrismo?." Perspectiva Teológica 33.89, 2010, página 34.

Segundo Junges, das duas grandes tendências da ética, uma defende que não existe ética sem antropocentrismo, pois somente o ser humano pode agir moralmente e tomar decisões. Já a postura biocêntrica parte do ponto de vista da ecologia como conhecimento e prática de preservação do meio ambiente, compreendendo a ética a partir do paradigma da ecologia e superando a concentração antropocêntrica de toda a ética ocidental.

O ponto de partida da ideologia do progresso é o mito da superabundância da natureza; a crença no caráter ilimitado dos seus recursos e a surrogabilidade daqueles exauríveis (Junges, Jóse Roque. "Ética Ecológica: Antropocentrismo ou Biocentrismo?." *Perspectiva Teológica* 33.89 (2010), página 35).

Podemos ter éticas de conservação e éticas de preservação da natureza. As primeiras estão interessadas em conservar os recursos naturais, porque eles são limitados e as gerações futuras também tem direito a eles. As segundas querem preservar a natureza para o crescimento humano e interiorização espiritual⁴.

As éticas de preservação apontam para valores não materiais da natureza, como o estético-espiritual. Um primeiro modelo vê a importância da proteção da natureza em vista da formação e consolidação da identidade civil e cultural de um grupo nacional.

Outro modelo parte da importância do conhecimento da natureza para a formação do caráter moral dos seres humanos. Ensina a conhecer os níveis de interdependência dos diferentes elementos de um ecossistema, preservando o equilíbrio e prevendo consequências de uma intervenção humana. Um terceiro modelo privilegia a fruição das belezas naturais, sublinhando a conexão entre a preservação do belo natural e o aperfeiçoamento do caráter moral (Junges, Jóse Roque. (JUNGES, 2010, página 36-38).

O último modelo prega uma mutação da *Gestalt* e uma ultrapassagem da ética. Pretende modificar o modo de viver e sentir em relação ao meio ambiente. Visa chegar a um ser humano novo e diferente que tem com a natureza uma relação emotivo-afetiva, mais do que ético-civil, ético-intelectual ou ético-estético, como acontece nos modelos anteriores. Por isso designa-se como ecologia profunda (Deep Ecology) em relação às demais, tidas como superficiais. É defendida pelo filósofo norueguês Arne Naess. Trata-se de uma superação da ética e uma reestruturação dos paradigmas cognitivos, comportamentais e afetivos com vistas a um alargamento e mutação da sensibilidade humana (JUNGES, 2010, página 39).

A ecologia profunda defende que não se pode reduzir a crise ambiental a um puro conflito ético, pois se trata da necessidade da mudança de paradigmas

⁴ Fonte: *Wilderness and the American Mind* (1967), de Roderick Nash.

conceituais e de gestalt⁵ na percepção e configuração do mundo. É necessário uma mutação no modo de perceber o mundo e se captar o lugar do ser humano no mundo.

Para Jungues, o modelo de ser humano egóico, compreendido como um indivíduo isolado e separado do mundo, transformando a natureza em objeto que se encontra ao seu dispor, cria patologias ambientais correspondentes a patologias psicológicas e sociais. É necessário superar a concepção do ser humano como espécie dominante e separada do mundo, espoliando-se do seu isolamento e colocando-se no ponto de vista de todos. Trata-se de assumir o ponto de vista holístico, adotando formas transpessoais em suas atitudes frente à natureza. Assim surge um ser humano “ecóico” em vez de “egóico” que se compreende essencialmente como um ser em relação (página 39).

As tendências antropocêntricas defendem a responsabilidade do ser humano para com a natureza (for the nature), enquanto que as biocêntricas, deveres diante da natureza (to the nature) (Junges, József Roque. "Ética Ecológica: Antropocentrismo ou Biocentrismo?." *Perspectiva Teológica* 33.89 (2010), página 39).

Segundo Jungues, o ser humano está inserido no ambiente físico, químico e biológico, implicando como qualquer outro vivente nos processos de circulação das substâncias nutrientes, de fluxo de energia e de manutenção do equilíbrio. Mas desenvolveu um confronto cultural com o seu quadro vital, enfraquecendo sua relação e dependência do ambiente biótico. Pela cultura, o ser humano cria um gerenciamento do ambiente, conferindo-lhe identidade própria, em harmonia com o ecossistema natural ou comprometendo dramaticamente o seu funcionamento (JUNGES, 2010, página 47).

O grito desesperado da natureza se levanta em uníssono com o grito angustiante de milhões de seres humanos por respeito pelos mecanismos de reprodução da vida e pelos diversos fatores naturais e sociais que a possibilitam. A crise ambiental não tem solução sem uma convivência social justa e um acesso igualitário aos bens necessários à sobrevivência... O ecocentrismo assume uma posição antiantropocêntrica, sendo que ser

⁵Termo alemão cunhado em 1870 pelos teóricos Kurt Koffka, Wolfgang Köhler e Max Wertheimer, sem palavra na língua portuguesa que a traduza, tendo como sentido aproximado as expressões de figura, forma, aparência. A doutrina traz em si a concepção de que não se pode conhecer o todo através das partes, e sim as partes por meio do conjunto - segundo suas próprias leis, que coordenam seus elementos. Só assim o cérebro percebe, interpreta e incorpora uma imagem ou uma idéia.

humano assume um papel fundamental no contexto da biosfera. Daí o equacionamento do desafio ambiental depender de uma mudança de atitude do ser humano, ou seja, de uma concepção antropológica condizente com o paradigma ecológico (Junges, 2010, página 48-50).

Outra teórica que vem trabalhando com a Ecologia Profunda e a defende é Alicia Irene Bugallo. Em seu artigo intitulado "Ecología profunda y biocentrismo, ante el advenimiento de la era pos-natural" ela levanta os pontos chave da proposta do movimento denominado ecologia profunda, nascido em 1973.

Los puntos clave de la propuesta del movimiento ecología profunda, em 1973, son:

P1.- rechazo de la imagen del 'hombre-en-el-ambiente' por la imagen totalizadora y relacional del 'hombre-con-el-ambiente';

P2.- igualitarismo biosférico – em princípio -;

P3.- fortalecimiento de la diversidad y la simbiosis;

P4.- postura anti-clasista;

P5.- lucha contra la contaminación y el agotamiento de los recursos;

P6.- preferencia por la complejidad, rechazo de la complicación;

P7.- autonomía local y descentralización

Segundo Bugallo, aquela primeira versão elaborada por Naess em 1984, em colaboração com o filósofo norte-americano George Sessions, transformou-se em uma corrente ecofilosófica, social e política, resultando em uma plataforma de oito princípios da Ecologia Profunda. (Naess, Sessions, 1985: 69-70), a saber:

P1. - El bienestar y el florecimiento de la vida humana y no humana em la Terra tienen un valor em sí mismo. Estos valores son independientes de la utilidad del mundo no humano para los objetivos humanos.

P2. La riqueza y diversidad de las formas de vida contribuyen a la percepción de estos valores y son también valores em sí mismos;

P3. Los humanos no tienen derecho a reducir esta riqueza y diversidad, salvo para satisfacer necesidades vitales;

P4. El florecimiento de la vida y cultura humanas es compatible con un descenso sustancial de la población humana. El florecimiento de la vida no humana requiere esse descenso;

P5. La interferencia humana actual em el mundo no humano es excesiva y la situación continúa empeorándose;

P6. Por lo tanto deben cambiarse las políticas. Estas políticas afectan a las estructuras económicas, tecnológicas e ideológicas básicas. El estado de cosas resultante será profundamente diferente del presente;

P7. El cambio ideológico consiste fundamentalmente em apreciar la calidad de vida (vivir em situaciones de valor inherente, cualitativo) más que adherir a un nivel de vida cada vez más alto;

P8. Quienes suscriben los puntos precedentes tienen la obligación directa o indirecta de tratar de llevar a cabo los cambios necesarios. (Bugallo, Alicia Irene. "Ecología profunda y biocentrismo, ante el advenimiento de la era pos-natural." Cuadernos del Sur. Filosofía 34 (2005): 141-162).

Nesse sentido a comunicação de uma instituição como o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que tem como objeto de trabalho as áreas protegidas instituídas pela União e a rica biodiversidade que elas encerram, não pode trabalhar sua relação com a sociedade de outra forma se não traçando esse paralelo entre a mudança de paradigma de vida das pessoas – menos consumo e mais momentos em família, em meio à natureza e etc – trazendo essas pessoas para uma compreensão mais profunda da existência e importância da natureza.

É urgente que se fisgue a sociedade não apenas pelo mero convite 'conheça os parques nacionais', por exemplo, mas que as pessoas vivenciem a experiência da natureza e a partir dela mudem formas de agir e de estar no mundo de fato.

Mais do que o turismo de massa, para reunir números que mostrem como o Brasil está crescendo na visitação às suas belezas cênicas precisamos, como potência biodiversa que somos, agir além desse processo, mudando e transformando mentes e corações para uma defesa real desses patrimônios, extremamente suscetíveis a pressões de todo o gênero, a exemplo de empreendimentos como hidrelétricas, o agronegócio e atividades de mineração. Até porque a visitação, no caso do Brasil, continua concentrada em poucos parques, como revela tabela a seguir:

Quadro 4: Ranking dos 10 Parques Nacionais do Brasil mais visitados – período 2010-2012

Os 10 Parques Nacionais mais visitados - 2010 a 2012		
2012		
1.	Parque Nacional da Tijuca - RJ	2.536.549
2.	Parque Nacional do Iguaçu - PR	1.535.382
3.	Parque Nacional de Brasília - DF	318.160
4.	Parque Nacional da Serra dos Orgãos - RJ	137.962
5.	Parque Nacional de São Joaquim - SC	110.819
6.	Parque Nacional da Serra da Bocaina - RJ	105.027

7.	Parque Nacional de Ubajara - CE	98.603
8.	Parque Nacional da Chapada dos Guimarães - MT	96.166
9.	Parque Nacional de Itatiaia - RJ	96.039
10.	Parque Nacional de Aparados da Serra - RS/SC	72.356
2011		
1.	Parque Nacional da Tijuca - RJ	2.274.498
2.	Parque Nacional do Iguaçu - PR	1.394.187
3.	Parque Nacional de Brasília - DF	280.792
4.	Parque Nacional da Serra dos Orgãos - RJ	95.568
5.	Parque Nacional da Serra da Bocaina - RJ	94.661
6.	Parque Nacional de Ubajara - CE	87.413
7.	Parque Nacional da Chapada dos Guimarães - MT	77.693
8.	Parque Nacional de Itatiaia - RJ	77.686
9.	Parque Nacional de São Joaquim - SC	71.320
10.	Parque Nacional de Aparados da Serra - RS/SC	52.800
2010		
1.	Parque Nacional da Tijuca - RJ	1.695.244
2.	Parque Nacional do Iguaçu - PR	1.258.159
3.	Parque Nacional de Brasília - DF	236.498
4.	Parque Nacional da Serra dos Orgãos - RJ	132.140
5.	Parque Nacional de Ubajara - CE	96.016
6.	Parque Nacional da Chapada dos Guimarães - MT	91.088
7.	Parque Nacional de Itatiaia - RJ	84.140
8.	Parque Nacional de São Joaquim - SC	66.309
9.	Parque Nacional Marinho de Fern. de Noronha - PE	54.339
10.	Parque Nacional de Aparados da Serra - RS/SC	52.622

Fonte: Coordenação do Uso Público e Negócios do ICMBio.

Uma autarquia da envergadura do ICMBio, pelo instrumento que possui em suas mãos, tem o papel estratégico na mudança do modelo econômico, passando fundamentalmente por sua aproximação com a sociedade naquilo que ela mais preserva, no caso a vivência real, prática com a natureza e os inúmeros atributos que ela proporciona, tais como preservação de mananciais de água, sem os quais toda e qualquer vida se torna impossível, assim como a manutenção do clima, sem citar outras.

A partir dessa vivência real, toda a sociedade estaria em tese pronta para fazer força, juntamente com todas as instituições pró-natureza, em defesa da manutenção desses cenários, berços e mananciais de vida. E essa defesa não estaria calcada simplesmente em manter 'para eu desfrutar', no sentido egóico do

termo, mas manter 'para nossa vida em comunidade', ou seja, em um sentido mais amplo e alicerçado numa ecologia profunda.

5 ICMBIO E SUA COMUNICAÇÃO

Segundo Bursztyn (2012), na obra Fundamentos de política e gestão ambiental: caminhos para a sustentabilidade, a criação de unidades de conservação brasileiras representa um papel fundamental na conservação da biodiversidade in situ.

O Brasil apresentou grandes avanços nas últimas décadas, instituindo, em 2000, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, que estabeleceu os diferentes tipos de unidades de conservação classificados em dois grupos: Unidades de Proteção Integral, que têm como objetivo básico preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto de seus recursos; e Unidades de Uso Sustentável, onde é permitida a exploração de forma sustentável, de parte dos seus recursos naturais (BURSZTYN, BURSZTYN, 2012, página 390).

O ICMBio, criado em 2007, ganhou a competência de propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as Ucs federais. Um dos conceitos de Unidades de Conservação, citado pelos teóricos é:

Unidade de conservação é um espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (art.2,1) (BURSZTYN, BURSZTYN, 2012, página 512).

Ao escolhermos a Comunicação do ICMBio como objeto deste estudo, o foco foi mostrar como ela tem se dado atualmente e quais as alternativas e caminhos existentes para comunicar melhor a agenda da conservação da biodiversidade segundo parâmetros de sustentabilidade, conscientização e mudanças no padrão de vida e consumo das pessoas.

Nesse sentido foi aplicado, do período de 4 de novembro a 04 de dezembro de 2013 um questionário contendo perguntas acerca da comunicação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). O objetivo foi colher dos servidores – efetivos e terceirizados – contribuições ao processo de melhoria dos fluxos de comunicação da autarquia com a sociedade.

É pacífico entre os profissionais que atuam na Divisão de Comunicação do ICMBio – setor responsável pela condução da comunicação da instituição – estes ouvirem em reuniões e em diversos momentos, reclamações seja do escalão de gestão (diretores, coordenadores-gerais, coordenadores e chefes de divisão), seja do corpo executivo (no caso os servidores em si) de que somos uma instituição com um nobre objeto de trabalho (gestão de áreas protegidas e conservação da biodiversidade) mas que não consegue comunicar isto para a sociedade de forma positiva.

A comunicação no atual momento ainda é vista de forma equivocada, tendo no setor muito mais um locus de gestão de crises, do que propriamente um espaço de construção de alternativas para uma melhor interlocução da autarquia com seus públicos-alvo. Atualmente o ICMBio dialoga com um leque muito amplo de públicos, levantados à época da construção do portal do ICMBio – www.icmbio.gov.br/portal:

Públicos-alvo do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade:
Cidadão comum;
Turista brasileiro e estrangeiro;
Povos e comunidades tradicionais (extrativistas);
Crianças;
Estudantes (nível fundamental, médio e superior);
Pesquisador (nível *Latu sensu*, Mestrado, Doutorado e Pós-doutorado);
Organização Não Governamental;
Organismo Internacional;
Empresa privada/Empreendedor;
Demais esferas do governo (federal, estaduais e municipais);
Meios de comunicação de massa (TV, Rádio, Jornal, Internet, Redes Sociais)

O portal www.icmbio.gov.br/portal foi uma construção da Divisão de Comunicação da autarquia em um processo de interlocução com todas as áreas do ICMBio. Lançado em 11 de abril de 2011, ele já está na rede mundial de computadores há três anos, constituindo-se em um sucesso em navegação por seus públicos, que buscam informações sobre unidades de conservação, sobre como é feita a gestão dessas áreas no Brasil, sobre quais as espécies da flora ou fauna,

ameaçadas ou não de extinção, ocorrem dentro dessas áreas protegidas, sobre o papel do ICMBio no processo de conservação dessa biodiversidade, assim como em busca de belezas do nosso Brasil (parques e reservas) que estejam abertos e estruturados para visitação.

Somente para se ter uma ideia, no dia 24 de junho de 2014, segundo dados do Google Analytics, o portal recebeu visita de 64.229 novos usuários web em busca de informações sobre as unidades de conservação. E de quando o portal do ICMBio foi lançado para cá já foram construídos e entregues 45 sites de Unidades Descentralizadas do ICMBio, detalhados a seguir com respectiva URL.

Outros 38 se encontram em andamento. A comunicação web é uma eficaz ferramenta de interlocução da Unidade de Conservação ou do Centro de Pesquisa e Conservação com a sociedade local, assim como os canais oficiais em redes sociais, como Facebook. Mas deste último a DCOM e o ICMBio como um todo não possuem um levantamento fidedigno de quantas Unidades Descentralizadas possuem página no Facebook por exemplo.

1. Parna Anavilhanas (www.icmbio.gov.br/parnaanavilhanas)
2. Parna Itatiaia (www.icmbio.gov.br/parnaitatiaia)
3. Parna Bocaina (www.icmbio.gov.br/parnaserradabocaina)
4. Parna Iguaçu (www.icmbio.gov.br/parnaiguacu)
5. Parna Tijuca (www.icmbio.gov.br/parnatijuca)
6. Parna Serra dos Órgãos (www.icmbio.gov.br/parnaserradosorgaos)
7. Parna Jurubatiba (www.icmbio.gov.br/parnajurubatiba)
8. Parna Caparao (www.icmbio.gov.br/parnacaparao)
9. Parna Abrolhos (www.icmbio.gov.br/parnaabrolhos)
10. Parna Guimaraes (www.icmbio.gov.br/parnaguimaraes)
11. Esec Tamoios (www.icmbio.gov.br/esectamoios)
12. Parna Ubajara (www.icmbio.gov.br/parnaubajara)
13. Parna Chapada dos Veadeiros (www.icmbio.gov.br/parnachapadadosveadeiros)
14. Parna Lencois Maranhenses (www.icmbio.gov.br/parnalencoismaranhenses)
15. Parna Aparados da Serra (www.icmbio.gov.br/parnaaparadosdaserra)
16. Apa Costa dos Corais (www.icmbio.gov.br/apacostadoscorais)

17. Parna Pantanal Matogrossense (www.icmbio.gov.br/parnapantanalmatogrossense)
18. CECAV (www.icmbio.gov.br/cecav)
19. RAN (www.icmbio.gov.br/ran)
20. CEPSUL (www.icmbio.gov.br/cepsul)
21. CEMAVE (www.icmbio.gov.br/cemave)
22. CNPT (www.icmbio.gov.br/cnpt)
23. CECAT (www.icmbio.gov.br/cecat)
24. CMA (www.icmbio.gov.br/cma)
25. CEPTA (www.icmbio.gov.br/cepta)
26. CPB (www.icmbio.gov.br/cpb)
27. Projeto Jalapão (www.icmbio.gov.br/projetojalapao)
28. Apa Cairucu (www.icmbio.gov.br/apacairucu)
29. Flona Lorena (www.icmbio.gov.br/flonalorena)
30. Flona Ipanema (www.icmbio.gov.br/flonaipanema)
31. SISBIO (www.icmbio.gov.br/sisbio)
32. Acesso a Informação (www.icmbio.gov.br/acessoainformacao)
33. Educação Ambiental (www.icmbio.gov.br/educacaoambiental)
34. Procuradoria (www.icmbio.gov.br/procuradoria)
35. Projeto Corredor das Onças (www.icmbio.gov.br/corredordasoncas)
36. Parna Serra do Cipo (www.icmbio.gov.br/parnaserradocipo)
37. Apa Guapimirim/Esec Guanabara (www.icmbio.gov.br/apaguapimirim)
38. Flona Tapajós (www.icmbio.gov.br/flonatapajos)
39. Apa Baleia Franca (www.icmbio.gov.br/apabaleiafranca)
40. Esec Taiamã (www.icmbio.gov.br/esectaiama)
41. Parna São Joaquim (www.icmbio.gov.br/parnasaojoaquim)
42. Rebio Sooretama (www.icmbio.gov.br/rebiosooretama)
43. Rebio Arvoredo (www.icmbio.gov.br/rebioarvoredo)
44. Flona de Cabedelo (www.icmbio.gov.br/flonacabedelo)

A pesquisa aplicada no ICMBio, como levantamento de informações para responder às questões deste estudo, contou com a participação de 255 servidores, que responderam a 118 perguntas. A primeira pergunta pede que o ICMBio conceitue, na sua visão, o que seja para ele comunicação. Segue detalhamento das perguntas e respectivas respostas:

Comunicação para você é:		
Diálogo entre pessoas, grupos, instituições	215	86%
Diálogo/interlocução envolvendo especificamente os meios de comunicação de massa	23	9%
Um campo teórico/uma ciência	12	5%

Do total de 4.398 servidores, entre efetivos, terceirizados e contratados, cerca de 5,79% (os 255 que responderam à pesquisa) participaram, em uma amostragem significativa. Para a maioria dos entrevistados (86%), comunicação é compreendida como diálogo entre pessoas, grupos e instituições, ou seja, ela é vista em seu significado mais essencial – o trato um com o outro. Daí ser necessário partir-se para o desenho de uma política de comunicação que leve em consideração essa necessidade de diálogo.

É comum ouvir-se entre os corredores da instituição que falta diálogo entre os diversos setores, em crítica forte ao modelo de planejamento estratégico seguido. A crítica é de que o modelo gerencial escolhido pode até ser bom teoricamente, mas perdura a lógica da gestão 'por caixinhas', referindo-se às áreas técnicas que não fazem as devidas conexões, diálogos e interfaces necessários para uma gestão efetiva por processos de trabalho.

Na sequência a pesquisa identificou como o servidor vê a instituição onde trabalha e como reconhece o seu verdadeiro nome. Em termos de comunicação o nome completo da autarquia – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – é extremamente extenso e pouco comunicativo. Na ocasião da criação da autarquia, fala-se que a então ministra de Estado do Meio Ambiente, Marina Silva, teria tido a intenção de homenagear o seu companheiro de militância política do Acre – o ex-seringueiro Chico Mendes, dando o nome dele à instituição de governo.

A Lei 11.516/2007 fala em 'Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes', ou seja, refere-se ao nome resumido da autarquia como simplesmente Instituto Chico Mendes. Mas pouco se pesquisou antes de definir esse nome em nível ministerial. E para surpresa de todos, verificou-se que havia outras instituições com o nome 'Chico Mendes', a exemplo do Instituto Internacional de Pesquisa e Responsabilidade Socioambiental Chico Mendes (<http://institutochicomendes.org.br/site/>) - o que traria muitos problemas para o reconhecimento da autarquia na sociedade, assim como de seu verdadeiro objeto de trabalho.

O primeiro grupo de gestores da autarquia, quando à época de criação do primeiro site do Instituto, resolveu criar a sigla ICMBio para se referir ao nome completo da autarquia em regime especial.

Na pesquisa a pergunta recebeu a seguinte resposta:

Você se sente um servidor:		
Do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes (Lei 11.516/2007)	97	39%
Do ICMBio	89	35%
De um Instituto Nacional de Conservação da Biodiversidade	65	26%

Ou seja, a maioria dos entrevistados (39%) se sente trabalhando na instituição de nome tal como foi aprovado na lei. A sigla ICMBio teve voto de 35% dos entrevistados, o que mostra uma afinidade interna dos servidores com a mesma, que é extremamente pouco comunicativa por lembrar, de forma leiga ao público-alvo da instituição, algum imposto, a exemplo de siglas parecidas e já conhecidas no imaginário popular tais como ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços) e CPMF (Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira).

Mas o nome escolhido reforça uma homenagem não apenas ao ex-eringueiro Chico Mendes, mas fundamentalmente a toda a agenda da conservação da biodiversidade pautada pelas Unidades de Conservação do grupo Uso

Sustentável, onde residem populações e comunidades tradicionais. Houve uma intenção em reforçar a importância da conservação levando-se em consideração o elemento humano nesse processo.

A maioria dos entrevistados (57%) participaram da pesquisa advindos de alguma das 313 Unidades de Conservação instituídas pela União, seguido dos servidores da sede do ICMBio em Brasília (25%).

Você está respondendo esta pesquisa de:		
uma Unidade de Conservação	144	57%
um Centro de Pesquisa e Conservação	29	11%
uma Coordenação Regional-CR	13	5%
uma Unidade Avançada de Administração Financeira - UAAF	3	1%
da Sede do ICMBio, em Brasília/DF	64	25%

Quando se pensa em comunicação é comum as pessoas relacionarem a interlocução de uma instituição via meios de comunicação de massa. Mas a comunicação dentro de uma organização perpassa primeiramente um bom fluxo de comunicação entre seus setores e interlocutores/gestores, ou seja, no âmbito interno – sejam diretorias, setores ou funcionários.

Quando perguntados sobre como deveriam se identificar dentro da autarquia, a maioria dos entrevistados (52%) prefere se identificar apenas pelo nome e sobrenome pessoal, o que indica uma necessidade de aproximação dentro da autarquia entre os diversos setores, para que todos sejam vistos uns pelos outros de forma mais 'familiar' ou 'informal':

Você acha que os servidores deveriam se identificar dentro do ICMBio:		
Pela sigla da divisão/coordenação/coordenação-geral/diretoria onde estão lotados	51	21%
Pelo nome do macroprocesso e do processo onde estão lotados (Exemplo: criação, uso público e negócios, gestão de conflitos, educação ambiental, monitoramento da biodiversidade, entre outros)	67	27%

Pelo nome e sobrenome pessoal	129	52%
-------------------------------	-----	-----

Já fora do ICMBio, a maioria (58%) prefere se identificar em reuniões e compromissões externos como ICMBio, o que é algo preocupante considerando que o nome da instituição tal como é citado na Lei 11.516/2007 que o criou detalha apenas 'Instituto Chico Mendes', sendo pouco conhecido. A sigla comunica mal o significado e objeto de trabalho da autarquia, além de despessoalizar a própria pessoa e a instituição externamente:

Você acha que os servidores deveriam se identificar fora do ICMBio:		
Como Instituto Chico Mendes	81	32%
Como ICMBio	146	58%
Pelo nome do setor e/ou da diretoria em que trabalham no ICMBio	25	10%

Toda área de conhecimento, assim como toda instituição, possui suas 'ilhas' de expressões e vocábulos conhecidos apenas no âmbito interno e por aqueles que lidam diariamente com aquela determinada realidade. No ICMBio não é diferente, e um 'mar' de siglas inunda a instituição gerando muitas vezes confusão e má comunicação interna. Mas quando perguntados se os entrevistados acham importante o uso de siglas, a maioria (57%) acha que sim, o que revela a necessidade de se trabalhar melhor a comunicação interna no sentido de gerar fluxos mais eficazes de um setor para outro levando em consideração a essência do trabalho que cada um deles realiza, e não as siglas dos setores propriamente.

Você acha importante o uso de siglas que identificam o setor onde você trabalha?		
Sim	142	57%
Não	57	23%
Sou indiferente	52	21%

E quando o assunto é o objeto de trabalho do ICMBio – gestão de áreas protegidas instituídas pela União e conservação da biodiversidade existente nessas áreas – há um extenso leque a ser comunicado à sociedade que gera mais fluxos de comunicação. Quando se pensa em alguma beleza cênica brasileira de grande ou significativa envergadura, em grande percentual de chances esta beleza se encontra conservada na forma de alguma Unidade de Conservação, seja ela federal, estadual ou municipal.

Apenas para elencar alguns nomes, Abrolhos, Lençóis Maranhenses, Atol das Rocas, Amazônia, Tijuca, Serra dos Órgãos, Iguaçu são alguns exemplos de belezas cênicas encerradas na categoria 'parque nacional' e que são geridos pelo ICMBio. Mas a sociedade conhece apenas a 'ponta do iceberg' quando o assunto são as unidades de conservação. A Lei 9.980/2000 elenca um rol de 12 categorias, divididas em dois grandes grupos.

Art. 7º As unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas:

I - Unidades de Proteção Integral;

II - Unidades de Uso Sustentável.

§ 1º O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei.

§ 2º O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais...

Art. 8º O grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação:

I - Estação Ecológica; - sigla (ESEC)

II - Reserva Biológica; - sigla (REBIO)

III - Parque Nacional; - sigla (PARNA)

IV - Monumento Natural; - sigla (MN OU MONA)

V - Refúgio de Vida Silvestre. - sigla (RVS OU REVIS)

Art. 14. Constituem o Grupo das Unidades de Uso Sustentável as seguintes categorias de unidade de conservação:

I - Área de Proteção Ambiental; - sigla (APA)

II - Área de Relevante Interesse Ecológico; - sigla (ARIE)

III - Floresta Nacional; - sigla (FLONA)

IV - Reserva Extrativista; - sigla (RESEX)

V - Reserva de Fauna; - sigla (REFAU)

VI - Reserva de Desenvolvimento Sustentável; - sigla (RDS) e

VII - Reserva Particular do Patrimônio Natural - sigla (RPPN). (Fonte: Lei 9.985/2000)

E quando perguntados sobre como as unidades de conservação deveriam ser reconhecidas pela sociedade, a maioria (79%) acha que elas devem ser reconhecidas pelo seu nome completo (79%) - nomes geralmente extensos e de difícil comunicação e memorização por parte da sociedade.

Como você acha que as unidades de conservação deveriam ser reconhecidas pela sociedade:		
Pelo nome completo (exemplo: Parque Nacional dos Abrolhos)	200	79%
Pelo nome principal (exemplo: Abrolhos)	14	6%
Pelo uso das siglas da categoria (exemplo: Parna dos Abrolhos)	38	15%

O Instituto possui, ainda, 15 centros nacionais de pesquisa e conservação a saber:

- Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres (CEMAVE)
- Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Amazônica (CEPAM)
- Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Carnívoros (CENAP)
- Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas, conhecido como CECAV
- Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade do Cerrado e Caatinga (CECAT)
- Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Aquáticos-CMA
- Centro de Pesquisa e Gestão do Uso dos Recursos Pesqueiros do Litoral Nordeste - CEPENE;
- Centro de Pesquisa e Gestão do Uso dos Recursos Pesqueiros do Litoral Norte - CEPENOR;
- Centro de Pesquisa e Gestão do Uso dos Recursos Pesqueiros do Litoral Sudeste e Sul - CEPESUL; e
- Centro de Pesquisa e Gestão do Uso dos Recursos Pesqueiros Lagunares e Estuarinos - CEPERG.
- Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Peixes Continentais (CEPTA)
- Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sócio-biodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT)
- Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Primatas Brasileiros (CPB)

Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Répteis e Anfíbios – RAN
 Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Tartarugas Marinhas (TAMAR)

Cada um desses centros possui um vasto universo de atuação junto à sociedade local, assim como junto às comunidades científicas com as quais estão dialogando, pelas pesquisas e resultados que geram constantemente.

Quando perguntados como os entrevistados acham que cada centro desse deveria ser reconhecido pela sociedade, em termos do nome, a resposta para a maioria (63%) foi que sejam reconhecidos pelos nomes completos – algo novamente complexo pela dificuldade de assimilação de nomes tão extensos pela sociedade.

Um desses centros inclusive já é consolidado na mente das pessoas. Trata-se do TAMAR, que faz gestão e pesquisa de espécies de tartarugas marinhas que ocorrem no litoral brasileiro. Sua imagem (do TAMAR, no caso) está muito mais atrelada aos resultados de seu trabalho ao longo dos seus mais de 30 anos de existência do que ao nome propriamente dito. Na verdade os resultados alavancaram o centro e tornaram o seu nome conhecido pela sociedade⁶.

Como você acha que os centros de pesquisa e conservação deveriam ser reconhecidos pela sociedade:		
Pelo nome completo (exemplo: Centro Nacional de Pesquisa e Conservação em Cavernas)	157	63%
Pelo nome principal (exemplo: Cavernas)	17	7%
Pelo uso das siglas do centro (exemplo: CECAV)	77	31%

Com relação ao contato direto do público com o ICMBio, 92% dos entrevistados responderam que o servidor do Instituto deve ser cordial e atender o público externo prontamente, caso seja possível atendê-lo de imediato. No caso de

⁶ O Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Tartarugas Marinhas (TAMAR) é um centro especializado vinculado ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Ele foi criado em 1980 com o objetivo de proteger as tartarugas marinhas. As atividades do Tamar são organizadas a partir de três linhas de ação: conservação e pesquisa aplicada, educação ambiental e desenvolvimento local sustentável. As atividades estão concentradas em 21 bases, distribuídas em mais de 1.100 km da costa brasileira e que envolvem cerca de 1.200 pessoas, a maioria moradores das comunidades, essenciais para a proteção das tartarugas marinhas. (Fontes: www.icmbio.gov.br/portal, www.icmbio.gov.br/tamar ou www.tamar.org.br).

identificação, 35% responderam que devem se identificar pelo seu nome e nome do setor em que trabalha, no caso de atendimentos feitos pelo telefone.

Como o servidor público federal deveria se comunicar com o cidadão que lhe procura pessoalmente?		
Sendo cordial e atendendo-o prontamente, caso seja possível atendê-lo de imediato.	230	92%
Sendo cordial e não atendendo-o prontamente, deixando para verificar com mais calma a demanda solicitada pelo cidadão.	21	8%
Sendo indiferente. Ouvindo a demanda mas não o atendendo.	0	0%

Como o servidor público federal deveria se identificar com o cidadão que lhe procura ao telefone?		
Bom dia, boa tarde, (nome do servidor), ICMBio, em que posso ajudá-lo.	84	34%
Bom dia, boa tarde, (nome do servidor), (nome do setor em que trabalha no ICMBio), em que posso ajudá-lo.	87	35%
ICMBio, em que posso ajudá-lo.	72	29%
Alô.	7	%

É muito comum a queixa de servidores em relação à tomada de decisões pelo Comitê Gestor da autarquia, muitas vezes alegando que falta participação ou mesmo transparência nos processos decisórios. Mas quando arguidos se acompanham a agenda de trabalho do presidente e diretores, por exemplo, que ficam acessíveis a todos no portal, 78% dos entrevistados responderam que não acompanham, 43% responderam que nunca acompanham. O mesmo ocorre em relação às memórias das reuniões realizadas pelo Comitê Gestor, em que e 83% responderam que não acompanham e 50% que nunca acompanham. São nessas reuniões que são tomadas decisões de gestão por parte da autarquia.

Você acompanha a agenda do presidente e das diretorias, disponíveis no portal do ICMBio?		
Sim	55	22%

Não	197	78%
-----	-----	-----

Com que frequência você acompanha a agenda do presidente e das diretorias, disponíveis no portal do ICMBio?		
Todos os dias	17	7%
Em média duas vezes por semana	17	7%
Em média duas vezes por mês	18	7%
Raramente	93	37%
Nunca	108	43%

Você acompanha as memórias das reuniões do Comitê Gestor, disponíveis no portal do ICMBio?		
Sim	43	17%
Não	208	83%

Com que frequência você acompanha as reuniões do Comitê Gestor, disponíveis no portal do ICMBio?		
Mensal	20	8%
Em média duas vezes por semestre	11	4%
Em média duas vezes por ano	5	2%
Raramente	90	36%
Nunca	127	50%

Os servidores sempre estão avaliando informalmente a performance da gestão – seja do presidente ou diretores. Quando arguidos acerca de como está a comunicação entre aqueles que integram o Comitê Gestor – formado pelo presidente, diretores, assessores de Comunicação, Internacional e Parlamentar, Auditor, Ouvidor e Procurador Federal – seja entre eles ou com o próprio presidente da autarquia, em sua maioria (entre 71% e 79%) os entrevistados afirmaram não ter condições de opinar, o que indica e reforça o fato de não acompanharem as tomadas de decisões, ou mesmo desconhecerem o processo decisório e como ele se dá, considerando que a maioria dos entrevistados que responderam ao

questionário estão nas Unidades de Conservação – ou seja, que no dia a dia lidam com a gestão da área protegida.

Diante desse contexto, como está a comunicação do presidente com os membros do próprio Comitê Gestor do ICMBio?		
Muito boa	6	2%
Boa	22	9%
Ruim	25	10%
Péssima	14	6%
Não tenho condições de opinar	179	73%

Diante desse contexto, como está a comunicação entre os membros do próprio Comitê Gestor do ICMBio?		
Muito boa	5	2%
Boa	25	10%
Ruim	23	9%
Péssima	19	8%
Não tenho condições de opinar	174	71%

Diante desse contexto, como está a comunicação do Procurador Federal com os membros do próprio Comitê Gestor do ICMBio?		
Muito boa	2	1%
Boa	18	7%
Ruim	20	8%
Péssima	22	9%
Não tenho condições de opinar	185	75%

Diante desse contexto, como está a comunicação do Auditor com os membros do próprio Comitê Gestor do ICMBio?		
Muito boa	0	0%
Boa	16	7%
Ruim	16	7%

Péssima	20	8%
Não tenho condições de opinar	193	79%

Diante desse contexto, como está a comunicação do Assessor de Comunicação com os membros do próprio Comitê Gestor do ICMBio?		
Muito boa	4	2%
Boa	31	13%
Ruim	22	9%
Péssima	13	5%
Não tenho condições de opinar	176	72%

Diante desse contexto, como está a comunicação do Assessor Internacional com os membros do próprio Comitê Gestor do ICMBio?		
Muito boa	0	0%
Boa	5	2%
Ruim	17	7%
Péssima	19	8%
Não tenho condições de opinar	206	83%

Diante desse contexto, como está a comunicação do Assessor Parlamentar com os membros do próprio Comitê Gestor do ICMBio?		
Muito boa	1	0%
Boa	6	2%
Ruim	19	8%
Péssima	20	8%
Não tenho condições de opinar	200	81%

O mesmo padrão de respostas se repete quando os entrevistados são questionados sobre a comunicação entre o Comitê Gestor e os níveis de gestão que se encontram logo abaixo, tais como Coordenações-gerais, Coordenações, Chefias de Divisão e Assessorias diretas. Entre 70% e 75% dos que responderam às perguntas não se sentem, novamente, em condições de opinar.

Diante desse contexto, como está a comunicação do Comitê Gestor do ICMBio com o Nível de Coordenações Gerais:		
Muito boa	3	1%
Boa	14	6%
Ruim	33	13%
Péssima	14	6%
Não tenho condições de opinar	184	74%

Diante desse contexto, como está a comunicação do Comitê Gestor do ICMBio com o Nível de Coordenações:		
Muito boa	3	1%
Boa	18	7%
Ruim	34	14%
Péssima	19	8%
Não tenho condições de opinar	173	70%

Diante desse contexto, como está a comunicação do Comitê Gestor do ICMBio com o Nível de Divisões:		
Muito boa	1	0%
Boa	16	7%
Ruim	33	13%
Péssima	20	8%
Não tenho condições de opinar	176	72%

Diante desse contexto, como está a comunicação do Comitê Gestor do ICMBio com o Nível de Assessorias:		
Muito boa	0	0%
Boa	20	8%
Ruim	23	9%
Péssima	17	7%
Não tenho condições de opinar	183	75%

Interessante dado foi o que revelou como está a comunicação do Comitê Gestor com as Coordenações Regionais (CRs) – um nível de maior proximidade com boa parte dos entrevistados, que em sua maioria afirmaram estar respondendo à pesquisa de uma Unidade de Conservação.

Ao todo, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade conta com 11 Coordenações Regionais (CR), responsáveis por dar o suporte e apoio em nível regional às unidades de conservação e centros nacionais de pesquisa e conservação.

Entre as finalidades das Coordenações Regionais estão: atuar na melhoria da qualidade da gestão das unidades descentralizadas, seguindo as diretrizes definidas na modelagem organizacional; atuar como interlocutor entre essas unidades e a sede, quanto à divulgação de informações, diretrizes e resultados alcançados.

Ou seja, a Coordenação Regional é uma instância responsável pelo planejamento operacional anual das unidades sob sua competência, além de ser uma instância jurídica regional e, acima de tudo, política.

As Regionais do ICMBio estão previstas no Decreto nº 7.515, de 8 de julho de 2011, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto Chico Mendes (art. 3º, inciso V, alínea "b", item 1, do Anexo I).

O Planejamento estratégico da autarquia definiu as seguintes localidades para essas coordenações: Porto Velho (RO), Manaus (AM), Itaituba (PA), Belém (PA), Parnaíba (PI), Cabedelo (PB), Porto Seguro (BA), Rio de Janeiro (RJ), Florianópolis (SC), Chapada dos Guimarães (MT) e Lagoa Santa (MG). Ou seja, mesmo localmente elas estando mais próximas da realidade de boa parte dos entrevistados, a maioria (73%) afirmou na pesquisa não ter condições de opinar acerca de como está a comunicação do Comitê Gestor com essa instância.

O mesmo se deu com a resposta sobre como está a comunicação do Comitê Gestor com as Unidades de Conservação (37% opinaram não ter condições de opinar) e com os centros de pesquisa (em que 73% afirmaram a mesma coisa). Lembrando que essas duas últimas instâncias estão extremamente ligadas à realidade da maioria dos entrevistados.

Coordenações Regionais [Diante desse contexto, como está a comunicação do Comitê Gestor do ICMBio com:]		
Muito boa	5	2%
Boa	19	8%
Ruim	25	10%
Péssima	17	7%
Não tenho condições de opinar	176	73%

Unidades de Conservação [Diante desse contexto, como está a comunicação do Comitê Gestor do ICMBio com:]		
Muito boa	1	0%
Boa	14	6%
Ruim	73	29%
Péssima	68	27%
Não tenho condições de opinar	93	37%

Centros de Pesquisa e Conservação [Diante desse contexto, como está a comunicação do Comitê Gestor do ICMBio com:]		
Muito boa	3	1%
Boa	8	3%
Ruim	26	11%
Péssima	23	9%
Não tenho condições de opinar	186	76%

E quando o assunto é a comunicação do Comitê Gestor com os servidores da autarquia e que implementam/executam a política definida para as áreas protegidas, a maioria dos entrevistados (35%) opinou que a comunicação está péssima.

Servidores [Diante desse contexto, como está a comunicação do Comitê Gestor do ICMBio com:]		
Muito boa	2	1%
Boa	17	7%

Ruim	81	33%
Péssima	88	35%
Não tenho condições de opinar	60	24%

Terceirizados [Diante desse contexto, como está a comunicação do Comitê Gestor do ICMBio com:]		
Muito boa	3	1%
Boa	6	3%
Ruim	26	11%
Péssima	62	26%
Não tenho condições de opinar	137	59%

Quando arguidos acerca de como o ICMBio está dialogando com o governo federal, governos estaduais e governos municipais, a maioria do entrevistados (28% a 34%) responderam que esta comunicação vai mal a muito mal. Em relação à comunicação do ICMBio com governos internacionais, a maioria (55%) não se sentiu em condições de opinar.

Governo Federal [Na sua opinião, o ICMBio dialoga com esses públicos:]		
Muito bem	11	5%
Bem	42	17%
Mal	76	31%
Muito mal	59	24%
Não dialoga	6	2%
Não tenho condições de opinar	48	20%

Governos Estaduais [Na sua opinião, o ICMBio dialoga com esses públicos:]		
Muito bem	4	2%
Bem	27	11%
Mal	83	34%

Muito mal	68	28%
Não dialoga	19	8%
Não tenho condições de opinar	42	17%

Governos Municipais [Na sua opinião, o ICMBio dialoga com esses públicos:]		
Muito bem	6	2%
Bem	33	13%
Mal	69	28%
Muito mal	69	28%
Não dialoga	31	13%
Não tenho condições de opinar	37	15%

Governos de outros países [Na sua opinião, o ICMBio dialoga com esses públicos:]		
Muito bem	0	0%
Bem	19	8%
Mal	31	13%
Muito mal	37	15%
Não dialoga	22	9%
Não tenho condições de opinar	134	55%

Uma boa avaliação se refere à forma como os entrevistados vêem a comunicação do ICMBio com ONGs/Entidades da área ambiental e meio acadêmico, tais como Universidades e Centros de Pesquisa externos. A maioria (entre 28% e 33%) avaliaram que este diálogo entre o ICMBio e esses interlocutores externos tem se dado de forma positiva e bem.

ONGs/Entidades da área ambiental (nacionais e internacionais) [Na sua opinião, o ICMBio dialoga com esses públicos:]		
Muito bem	8	3%
Bem	68	28%

Mal	63	26%
Muito mal	31	13%
Não dialoga	5	2%
Não tenho condições de opinar	64	27%

Meio Acadêmico (Universidades, Pesquisadores, etc) [Na sua opinião, o ICMBio dialoga com esses públicos:]		
Muito bem	11	4%
Bem	81	33%
Mal	74	30%
Muito mal	32	13%
Não dialoga	9	4%
Não tenho condições de opinar	38	16%

O diálogo do Instituto com públicos como o de estudantes e visitantes/turistas, populações do entorno das unidades de conservação, proprietários de imóveis dentro de unidades de conservação e cidadãos comuns está mal, segundo de 27% a 36% dos entrevistados. Isso indica que todo um trabalho de comunicação precisa ser focado nesses dois públicos-alvo, seja melhorando ferramentas de acesso à informações para ambos, seja promovendo campanhas específicas para gerar engajamento.

Estudantes (1o, 2o e 3o grau) [Na sua opinião, o ICMBio dialoga com esses públicos:]		
Muito bem	2	1%
Bem	35	14%
Mal	66	27%
Muito mal	61	25%
Não dialoga	42	17%
Não tenho condições de opinar	38	16%

Visitantes/turistas [Na sua opinião, o ICMBio dialoga com esses públicos:]		
--	--	--

Muito bem	8	3%
Bem	62	25%
Mal	83	34%
Muito mal	39	16%
Não dialoga	8	3%
Não tenho condições de opinar	44	18%

Populações do entorno das unidades de conservação [Na sua opinião, o ICMBio dialoga com esses públicos:]		
Muito bem	4	2%
Bem	42	17%
Mal	88	36%
Muito mal	53	22%
Não dialoga	12	5%
Não tenho condições de opinar	45	18%

Proprietários de imóveis dentro de unidades de conservação [Na sua opinião, o ICMBio dialoga com esses públicos:]		
Muito bem	2	1%
Bem	28	12%
Mal	74	30%
Muito mal	63	26%
Não dialoga	14	6%
Não tenho condições de opinar	62	26%

Cidadãos comuns [Na sua opinião, o ICMBio dialoga com esses públicos:]		
Muito bem	3	1%
Bem	38	16%
Mal	86	35%
Muito mal	57	23%
Não dialoga	37	15%

Não tenho condições de opinar	23	9%
-------------------------------	----	----

Empreendedores [Na sua opinião, o ICMBio dialoga com esses públicos:]		
Muito bem	4	2%
Bem	28	11%
Mal	67	27%
Muito mal	56	23%
Não dialoga	26	11%
Não tenho condições de opinar	63	26%

Nas unidades de conservação, após criadas, deve ser estruturado o conselho – deliberativo (para as UCs do Grupo Uso Sustentável) e consultivo (para as Ucs do Grupo Proteção Integral). Quando arguidos como o ICMBio está dialogando com eles, a avaliação foi bem, para 38% dos entrevistados.

Conselheiros dos conselhos consultivo e deliberativo das unidades de conservação [Na sua opinião, o ICMBio dialoga com esses públicos:]		
Muito bem	18	7%
Bem	92	38%
Mal	57	23%
Muito mal	26	11%
Não dialoga	5	2%
Não tenho condições de opinar	46	19%

Considerando a comunicação do Instituto Chico Mendes na esfera governamental – com seus pares – verifica-se que para a maioria dos entrevistados a resposta oscila entre uma comunicação ruim (33% e 39%) ou sem condições de opinar (45, 50 e 52%), respectivamente.

Ministério do Meio Ambiente [Como você avalia a comunicação do ICMBio com:]

Muito boa	7	3%
Boa	34	14%
Ruim	81	33%
Péssima	61	25%
Não tenho condições de opinar	65	26%

Ibama [Como você avalia a comunicação do ICMBio com as demais autarquias vinculadas ao MMA:]		
Muito boa	9	4%
Boa	65	26%
Ruim	97	39%
Péssima	31	13%
Não tenho condições de opinar	45	18%

Agência Nacional de Águas (ANA) [Como você avalia a comunicação do ICMBio com as demais autarquias vinculadas ao MMA:]		
Muito boa	4	2%
Boa	24	10%
Ruim	57	23%
Péssima	37	15%
Não tenho condições de opinar	123	50%

Serviço Florestal Brasileiro (SFB) [Como você avalia a comunicação do ICMBio com as demais autarquias vinculadas ao MMA:]		
Muito boa	4	2%
Boa	35	14%
Ruim	67	27%
Péssima	30	12%
Não tenho condições de opinar	110	45%

Jardim Botânico do RJ (JBRJ) [Como você avalia a comunicação do		
---	--	--

ICMBio com as demais autarquias vinculadas ao MMA:]			
Muito boa		3	1%
Boa		45	18%
Ruim	45		18%
Péssima	25		10%
Não tenho condições de opinar	126		52%

Quando analisadas a comunicação do Instituto com os cidadãos brasileiros e com os próprios servidores/terceirizados, em ambos os casos a maioria dos entrevistados revelaram que a comunicação está ruim (39% e 41%, respectivamente). Tais resultados revelam a necessidade de se pensar estratégias consistentes de trazer esses públicos – tanto o externo quanto o interno – para a participação nos processos da autarquia.

Como você avalia a comunicação do ICMBio com os cidadãos brasileiros?			
Muito boa		2	1%
Boa		44	18%
Ruim		98	39%
Péssima		95	38%
Não tenho como opinar		10	4%

Como você avalia a comunicação do ICMBio com seus servidores e terceirizados?			
Muito boa		7	3%
Boa		86	35%
Ruim		100	41%
Péssima		42	17%
Não tenho como opinar		11	4%

Ao nos debruçarmos sobre as questões cada vez mais diretamente afetas à temática da comunicação, verifica-se que os entrevistados em sua maioria avaliam que a comunicação do Instituto com a imprensa e meios de comunicação de massa está mal (38% dos entrevistados). Falta estratégia de abordagem para 'vender' os grandes temas da conservação da biodiversidade, usando para isso, os canais dos meios de comunicação disponíveis e acessíveis à agenda/pauta ambiental.

Imprensa/Meios de Comunicação de Massa [Na sua opinião, o ICMBio dialoga com esses públicos:]		
Muito bem	7	3%
Bem	41	17%
Mal	93	38%
Muito mal	56	23%
Não dialoga	12	5%
Não tenho condições de opinar	35	14%

O outro lado da moeda é a forma como os entrevistados avaliam o atendimento feito pelos gestores da autarquia às demandas de imprensa. Cerca de 38% responderam que estes atendem mal os veículos de comunicação de massa, quando o assunto são solicitações de entrevistas, gravações ou mesmo acesso a dados/informações. O reflexo é nítido, considerando que 47% dos entrevistados avaliam que o ICMBio 'sai mal na fita', no sentido de que as reportagens e matérias jornalísticas feitas sobre a agenda das áreas protegidas e conservação da biodiversidade na maioria dos casos sai distorcida, incompleta ou mesmo errada.

Você acha que as fontes do ICMBio (presidente, diretores, coordenadores-gerais/coordenadores, coordenadores regionais, chefes de UCs e Centros), atendem as demandas da imprensa?		
Muito mal	19	8%
Mal	95	38%
Bem	68	27%

Muito bem	7	3%
Não saberia informar	62	25%

O reflexo dos atendimentos feitos pelas fontes do ICMBio à imprensa são as matérias veiculadas na TV, jornais, rádios e Internet. Como você vê o reflexo das ações do ICMBio nesses meios de comunicação?		
Muito mal	39	15%
Mal	118	47%
Bem	64	25%
Muito bem	6	2%
Não saberia informar	25	10%

E se o cenário é ruim de atendimentos, impera dentro do Instituto a cultura do 'medo de falar' com os meios de comunicação. Tanto que 45% dos entrevistados não se consideram aptos para se comunicarem com a sociedade por meio da imprensa, ou seja, de darem entrevistas e servirem de fontes oficiais no que se refere à gestão de áreas protegidas e conservação da biodiversidade.

Mas mesmo com esse contexto cultural instaurado, 57% revelaram ter interesse em serem capacitados para tal tarefa, ou seja, manifestaram que desejam receber uma qualificação adequada para que se sintam seguros para atenderem à imprensa. Daí a necessidade premente da autarquia investir em cursos de relacionamento ou treinamento para atendimento de mídia (*media training*).

Você se considera apto para se comunicar com a sociedade por meio da imprensa, sendo uma fonte do ICMBio?		
Sim	109	43%
Não	114	45%
Indiferente	28	11%

Você gostaria de ser capacitado para atender a imprensa, por meio de treinamento de mídia (<i>media training</i>) e de ser uma fonte do ICMBio?		
---	--	--

Sim	142	57%
Não	70	28%
Indiferente	39	16%

O Instituto Chico Mendes possui um setor responsável pelas ações de gestão da comunicação – a Divisão de Comunicação do ICMBio. Até a presente data o setor conta com: três servidores, sendo um jornalista, um relações públicas e um biólogo fotógrafo profissional; além de nove terceirizados, sendo duas secretárias, quatro jornalistas e três designers gráficos, totalizando 12 profissionais.

Houve uma iniciativa de estruturação de Núcleos de Comunicação por região - Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-oeste, mas apenas o Núcleo do Nordeste teve seu processo concretizado, havendo um jornalista servidor e mais um jornalista e um publicitário terceirizados atuando nele no momento.

Quando arguidos se acham que a Divisão atende as 313 Unidades de Conservação e os 15 Centros, além das 11 Coordenações Regionais (CRs), a maioria dos entrevistados (79%) respondeu que não atende.

Você acha que a DCOM/ICMBio, localizada em Brasília, atende as 313 Unidades de Conservação, 15 Centros de Pesquisa e Conservação e 11 Coordenações Regionais do ICMBio quanto às demandas de comunicação?		
Sim	51	21%
Não	194	79%

E mesmo com a proposta de estruturação desses Núcleos de Comunicação da autarquia por região, 67% dos entrevistados acredita que a melhor organização dessas estruturas deveria se dar no nível das Coordenações Regionais (CRs), com vinculação direta – segundo 62% dos entrevistados – à Divisão de Comunicação do ICMBio, sendo cada Núcleo de Comunicação composto, segundo 62% dos entrevistados, por uma equipe contendo no mínimo um jornalista, um publicitário/design gráfico, um relações públicas e um fotógrafo.

Você acha que o ICMBio deveria possuir estruturas de comunicação:

Somente na Sede do ICMBio, em Brasília/DF	27	11%
Na Sede do ICMBio, em Brasília/DF, e em Núcleos de Comunicação existentes nas Regiões Norte, Nordeste, Centro-oeste, Sul e Sudeste	56	23%
Na Sede do ICMBio, em Brasília/DF, e em Núcleos de Comunicação existentes nas Coordenações Regionais (1 a 11)	165	67%

Você acha que todas essas equipes de comunicação do ICMBio devem estar vinculadas, independentemente da localização:		
Ao gabinete da Presidência do ICMBio	10	4%
À chefia da Divisão de Comunicação (DCOM)	149	62%
Ao gabinete da Presidência e à chefia da Divisão de Comunicação (DCOM)	81	34%

Cada núcleo de comunicação desses, no ICMBio, deveria contar no mínimo:		
Com mais de dois jornalistas, mais de dois publicitários/designers gráficos, mais de dois relações públicas e mais de dois fotógrafo	26	12%
Com pelo menos dois jornalistas, dois publicitários/designers gráficos, dois relações públicas e dois fotógrafo	59	26%
Com pelo menos um jornalista, um publicitário/design gráfico, um relações públicas e um fotógrafo	138	62%

A Divisão de Comunicação promoveu levantamento de perfis de comunicação em toda a autarquia, obtendo como retorno dos servidores o seguinte quadro de profissionais e sua atual unidade de lotação:

Quadro 3 – Profissionais de comunicação do ICMBio e unidade de lotação – Ano 2014

Nome do servidor	Formação	Unidade de Lotação atual
Sandra M X Tavares	Jornalismo	Divisão de Comunicação
Elmano Cordeiro	Jornalismo	Divisão de Comunicação
Ivanna Costa Brito	Relações Públicas	Divisão de Comunicação
Leonardo Milano	Biologia/Fotografia	Divisão de Comunicação
Carlos Azevedo	Jornalismo	ARIE Ilhas Queimada Pequena e Queimada Grande
Vicente Júnior	Publicidade e Propaganda	CGESP/DIBIO
Flávia Moraes	Publicidade e Propaganda e	

	Fotografia	
Cassandra Oliveira	Cinema/Documentário	Parna Montanhas do Tumucumaque/AP
Pablo Saldo	Gestão da Informação	
Marcos Taniwaki	Publicidade e Propaganda	Parna São Joaquim/SC
Daniele Fecury	Publicidade e Propaganda	Centro de Documentação do ICMBio
Diana Meneses	Publicidade e Propaganda	Resex Marinha lagoa do Jequiá/AL
Lila Lindoso	Jornalismo	Parna do Araguaia
Cristiane Aguiar	Publicidade e Propaganda	REBIO Comboios/ES
Julia Barroso	Jornalismo	Parna da Tijuca/RJ
Michelle Rusche	Jornalismo	DISAT
Aldo Vasconcelos	Jornalismo	Núcleo de Comunicação Nordeste – CR-06, em Cabedelo/PB
Nara Souto	Jornalismo	Núcleo de Comunicação Nordeste – CR-06, em Cabedelo/PB
Ícaro Allande	Publicidade e Propaganda	Núcleo de Comunicação Nordeste – CR-06, em Cabedelo/PB

Fonte: Divisão de Comunicação do ICMBio

A partir deste levantamento seria possível posicionar esses perfis profissionais de forma melhor e mais eficaz para o ICMBio. Alguns desses servidores poderiam ocupar a representação dos Núcleos de Comunicação Regionais – Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-oeste – com base em convite, capacitação e estímulo, como posse em cargo ou função para dar conta da responsabilidade.

Para isso, cabe ao Comitê Gestor avaliar como estratégico a Comunicação e sua estruturação em nível regional, pois uma comunicação centralizada em Brasília-DF (sede da autarquia), sem levar em consideração as nuances e características da gestão territorial, é inadmissível. Pois é no território que acontece a gestão das áreas protegidas, com toda as nuances administrativas e políticas, sendo urgente o fortalecimento nessas instâncias.

É claro que profissionais da área ambiental interessados em fortalecer a agenda da comunicação são bem vindos. Mas para fazer interface junto aos meios externos, faz-se necessário e prioritário que o trabalho da comunicação, em nível regional, seja conduzido por profissionais com qualificação na área de comunicação.

A Divisão de Comunicação do ICMBio foi criada logo após a criação da autarquia, em 28 de agosto de 2007. Os servidores que integram a equipe vieram redistribuídos da Assessoria de Comunicação do Ibama, à época. De quando o setor foi criado para cá ele já passou por seis chefias. E ao longo de sua história o setor consolidou alguns instrumentos de comunicação externos e internos, tais como:

Portal ICMBio

Revista Eletrônica ICMBio em Foco

Intranet

Atendimento diário de Imprensa

Clipagem diária de notícias

Serviço de Newsletter semanal voltada para a imprensa

Conduz Serviço de Mailling List

Conduz Serviço de assinatura de jornais e revistas

Quando arguidos se conhecem os veículos oficiais de comunicação do ICMBio, 95% dos entrevistados disseram que sim. Tal dado reflete um trabalho que vem sendo feito desde que a autarquia e o setor foram criados, com a preocupação constante dos gestores que passaram pelo Comitê Gestor de tornar público entre os servidores todas as estratégias de estruturação do Instituto.

Você conhece os veículos oficiais de comunicação do ICMBio?		
Sim	236	95%
Não	12	5%

O portal por exemplo, é um instrumento consolidado interna e externamente e cuja criação contou com uma participação expressiva das áreas técnicas do Instituto, tais como: definição da arquitetura da informação, links, imagens, ferramentas e conteúdos. Quando perguntados se conhecem o portal do ICMBio, 51% dos entrevistados responderam que conhecem muito o veículo, o que revela que são usuários e que constantemente navegam nos conteúdos exibidos; bem como que o portal comunica bem as ações da autarquia para a sociedade e que deveria ser refeito, passando por avanços e mudanças.

A Divisão de Comunicação, assim como a Coordenação de Tecnologia da Informação (COTEC) do Instituto constantemente recebem elogios, críticas e sugestões de melhorias ao portal, lançado oficialmente pela autarquia em 11 de abril de 2011.

Portal http://www.icmbio.gov.br/portal [Marque quais veículos/meios de comunicação do ICMBio você conhece ou não?]		
Conheço muito	126	51%
Conheço	113	45%
Conheço Pouco	8	3%
Não conheço	2	1%

Como veículo de comunicação, você acha que Portal http://www.icmbio.gov.br/portal comunica as ações do ICMBio para a sociedade (comunicação externa)?		
Comunica muito bem	10	4%
Comunica bem	127	51%
Não comunica	23	9%
Comunica mal	73	29%
Não tenho como opinar	16	6%

Você acha que o portal deveria ser refeito/repensado?		
Sim	126	51%
Não	74	30%
Sou indiferente	47	19%

Já a Revista Eletrônica ICMBio em Foco começou sua história reportando todas as ações estruturantes de cunho interno da autarquia e se consolidou, pouco a pouco, como uma ferramenta eficaz de informações dentro da instituição. É claro que é comum os servidores confundirem e acharem o veículo 'chapa branca', por não tratar de temas afetos a questões de luta da carreira de especialista em meio ambiente. Mas evidentemente que o veículo é fortemente lido por todos os servidores e possui uma credibilidade significativa internamente.

Tanto que 55% dos entrevistados afirmaram conhecer muito bem a revista eletrônica ICMBio em foco, 64% avaliam o veículo como bom e 63% que ele comunica bem as ações do ICMBio para os servidores. Interessante notar que para 59% dos entrevistado a revista não precisa ser refeita ou repensada, tamanha sua credibilidade interna. A revista, que teve seu primeiro número lançado oficialmente no dia 22 de outubro de 2007, ou seja, pouco menos de dois meses após a criação da autarquia, é reconhecida inclusive nas instâncias externas ao ICMBio, como Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Revista Eletrônica ICMBio em Foco [Marque quais veículos/meios de comunicação do ICMBio você conhece ou não?]		
Conheço muito	137	55%
Conheço	92	37%
Conheço Pouco	17	7%
Não conheço	3	1%

Como você avalia a Revista Eletrônica ICMBio em Foco?		
Muito boa	62	25%
Boa	159	64%
Ruim	20	8%
Péssima	6	2%

Como veículo de comunicação, você acha que a Revista Eletrônica ICMBio em Foco comunica as ações do ICMBio para os servidores (comunicação interna)?		
Comunica muito bem	46	19%
Comunica bem	154	63%
Não comunica	7	3%
Comunica mal	31	13%
Não tenho como opinar	8	3%

Você acha que a Revista Eletrônica ICMBio em Foco deveria ser refeita/repensada?		
--	--	--

Sim	100	41%
Não	145	59%

Outro meio de comunicação interno é a Intranet do ICMBio, um espaço web em que pressuporia o servidor encontrar todas as informações relativas às áreas técnicas do Instituto. Do total de 255 participantes, 50% afirmaram na pesquisa conhecer a Intranet e 61% a consideraram boa. Para 51% ela comunica bem as ações do ICMBio para os servidores mas para 56% deles ela precisa ser refeita/repensada.

De fato a Intranet, de quando foi criada até os dias de hoje, permanece como um espaço sem vida, cor, dinamismo, apenas constando como repositório de arquivos disponibilizados pelas áreas técnicas para acesso de todos internamente, boa parte dos quais até já desatualizados. Urge a construção de um espaço novo, lúdico e interativo, no qual o servidor se sinta seguro e busque as informações relativas à instituição de forma crível.

Intranet http://www.icmbio.gov.br/intranet/ [Marque quais veículos/meios de comunicação do ICMBio você conhece ou não?]		
Conheço muito	112	46%
Conheço	122	50%
Conheço Pouco	11	4%
Não conheço	1	0%

Como você avalia a Intranet, representada pelos sites: http://www.icmbio.gov.br/intranet/ e http://www.icmbio.gov.br/cggp/ (da CGGP/ICMBio)?		
Muito boa	24	10%
Boa	152	61%
Ruim	58	23%
Péssima	17	7%

Como veículo de comunicação, você acha que a Intranet, representada pelos sites: http://www.icmbio.gov.br/intranet/ e		
--	--	--

http://www.icmbio.gov.br/cggp/ (da CGGP/ICMBio) comunicam as ações do ICMBio para os servidores (comunicação interna)?		
Comunica muito bem	16	6%
Comunica bem	126	51%
Não comunica	20	8%
Comunica mal	78	31%
Não tenho como opinar	8	3%

Você acha que a Intranet, representada pelos sites: http://www.icmbio.gov.br/intranet/ e http://www.icmbio.gov.br/cggp/ (da CGGP/ICMBio) deveriam ser integrados?		
Sim	138	56%
Não	109	44%

E quando se trata de planejamento da Divisão de Comunicação do ICMBio, quando a autarquia foi criada e começou a desenhar o seu planejamento estratégico a comunicação foi vista como um processo vinculado ao Macroprocesso Desenvolvimento Institucional, nunca recebeu aportes para se estruturar de forma planejada, com orçamento próprio, investimentos e etc. Recentemente os processos de trabalho da Divisão de Comunicação do ICMBio passaram por modelagem, conduzida por profissionais/consultores contratados pela autarquia.

Os dois instrumentos que auxiliam fundamentalmente a condução de uma ótima comunicação organizacional se refere à definição de diretrizes gerais – postuladas em uma Política de Comunicação – assim como os detalhamentos do que deve ou pode ser priorizado ano a ano, como alvos a serem atingidos. Este último se refere ao plano anual de comunicação.

O ICMBio chegou a contar com um ou dois esboços de planos anuais de comunicação, sem nunca encarar e conseguir concluir o desafio de construir sua Política de Comunicação. Mesmo quando se constata que 81% dos entrevistados avaliam que o Instituto deveria possuir planos anuais de comunicação e 91% deles afirmarem que a autarquia deveria possuir sua política de comunicação.

Você acha que o ICMBio deve possuir planos anuais de comunicação?		
Sim	202	81%
Não	10	4%
Sou indiferente	36	15%

Você acha que o ICMBio deveria possuir uma Política de Comunicação?		
Sim	225	91%
Não	2	1%
Sou indiferente	20	8%

O que se vê é um Instituto que integra o poder executivo, e que possui uma agenda de extrema importância para a sociedade, perder-se em ações pontuais de comunicação ou mesmo no gerenciamento de fatos passíveis de gerarem crises político-institucionais.

Comunicação em uma instituição com a capilaridade do ICMBio – 313 Unidades de Conservação da natureza, 15 Centros de Pesquisa e Conservação, 11 Coordenações Regionais passa fundamentalmente por investimentos (financeiros e humanos), definição de uma política de comunicação, que definirá as diretrizes a serem seguidas por tantas instâncias.

Além disso, uma comunicação eficaz passa pela construção de ferramentas que sustentem essa política e suas diretrizes, como manuais de relacionamento com a mídia, treinamento de mídia, manual simples de redação, e disseminação do manual de identidade visual da autarquia, além de manuais que informem como elaborar site, rede social, entre outros instrumentos que tornem a comunicação da unidade descentralizada com sua comunidade mais próxima.

CONCLUSÃO

É possível viver tendo a natureza como pressuposto básico da vida, conhecendo-a e mantendo-a. E ainda ir além, comunicando uma nova ordem. O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) possui elementos de sobra para traçar novos rumos de sua comunicação, considerando o objeto de trabalho que possui – no caso 313 unidades de conservação instituídas pela união e a rica biodiversidade que encerram.

Para tanto o ICMBio terá que traçar diretrizes para a sua política de comunicação, levando em consideração os diversos públicos com os quais dialoga e as linguagens necessárias para atingi-los. Não basta o famoso chamariz 'conheça um parque nacional'. É preciso ir além desse contexto político imediatista, de mostrar resultados e angariar público para as unidades que estão em melhores condições de receber visitantes.

Quando Arne Naess formulou em 1984 os princípios básicos da ecologia profunda ele reuniu de forma sucinta os seguintes aspectos acerca da relação homem-natureza:

1. O bem-estar e o potencial de desabrochar do ser humano e da vida não-humana tem valor em si mesmo (valor intrínseco ou valor inerente). Esses valores independem do uso do mundo não-humano pela humanidade;
2. A riqueza e a diversidade da vida contribuem para a realização desses valores, além de representarem valores por si só;
3. Os seres humanos não têm o direito de reduzir a riqueza e a diversidade do planeta, exceto para suprir suas necessidades vitais;
4. O desabrochar da vida humana e das culturas têm relação direta com um decréscimo substancial da população humana. O desabrochar de outras formas de vida depende desse decréscimo;
5. Na atualidade, a interferência humana nas demais formas de vida ocorre em demasia, e esta situação tem piorado rapidamente;
6. As políticas precisam ser mudadas de acordo com essas necessidades, pois influenciam a economia, a tecnologia e estruturas ideológicas. O resultado precisa ser profundamente diferente daquele de agora;
7. A mudança ideológica é, em essência, apreciar a qualidade da vida (priorizando situações com valores inerentes), ao invés de incentivar o anseio de se aumentar o nível de vida;
8. Aqueles que se identificam com esses pontos de vista têm a obrigação direta ou indireta de tentar implementar as mudanças necessárias. (SESSIONS, George e DEVALL, Bill. Ecologia profunda: dar prioridade à natureza na nossa vida. Terra e Gente Edições Sempre-em-pé, 2004, página 90).

Ao considerarmos o papel do Instituto Chico Mendes no que se refere à conservação de boa parte da biodiversidade brasileira – 313 UCs federais reúnem mais de 75 milhões de hectares que juntos representam cerca de 8,5% do território nacional – constatamos o papel fundamental da instituição na mudança de paradigma acerca do modo como a sociedade tem agido em relação aos recursos naturais.

A questão que se coloca diante da autarquia é de como ela deve se posicionar frente a sociedade, na disseminação de sua agenda, buscando mudar o paradigma posto de um modelo de desenvolvimento que ataca e ameaça constantemente as áreas protegidas sob sua governança e gestão.

É preciso mostrar que é possível um outro modelo de desenvolvimento, que leve em consideração a sustentabilidade dos recursos naturais. A ideia de parques e reservas como ilhas, isoladas do contexto social e econômico em que se encontram localmente, tem prazo de validade. As pressões transcendem os limites dessas áreas e é urgente lutar pela manutenção de tamanha biodiversidade – sendo o Brasil uma referência no mundo.

Arne Naess em sua teoria da ecologia profunda nos convida a incluirmos indivíduos, espécies, populações, habitats e ainda culturas humanas e não humanas nessa noção mais ampla de ecosfera. Seria um convite a ver a vida não apenas como a humana, mas a de rios, paisagens, ecossistemas, etc.

Quando ele se refere ao valor intrínseco de toda a vida na Terra, a esse valor inerente ele relaciona o valor independente de qualquer consciência, interesse ou apreciação dele por um ser consciente, posto que já possui um valor em si mesmo. Tanto que as espécies de plantas, animais, muitas vezes ditos inferiores ou primitivos, contribuem de modo essencial para a riqueza e diversidade da vida, ou seja, não são simples degraus em direção às chamadas formas de vida superiores ou racionais (SESSIONS e DEVALL, 2004, página 91).

É fato que a atual taxa de consumo e de produção de desperdícios dos indivíduos representam um impacto na biosfera. Sabemos que do outro lado não há que se pregar que os humanos não devam modificar alguns ecossistemas, tal como

fazem outras espécies. O que está em causa é a natureza e extensão dessa interferência.

Daí a necessidade de uma instituição como o ICMBio desempenhar um papel fundamental em fomentar o debate do modelo econômico brasileiro e das constantes pressões para que se mudem e alterem limites de Unidades de Conservação visando atender ao mercado de bens e serviços, ou seja, ao capitalismo puro e simples.

Segundo Arne Naess:

A luta por preservar e ampliar áreas de natureza selvagem ou quase selvagem deve continuar (SESSIONS, George e DEVALL, Bill. Ecologia profunda: dar prioridade `a natureza na nossa vida. Terra e Gente Edições Sempre-em-pé, 2004, página 93)

O modelo atual de crescimento econômico incentiva o consumo porque dá prestígio social você consumir e descartar (desperdiçar) aquilo que não serve mais na vida humana. Mas mudanças são urgentes e envolvem uma crescente ação global, que ultrapassa fronteiras, para que seja de fato profunda. A sociedade do consumo tem que se fazer perguntas tais como:

Porque julgamos tão importantes o crescimento econômico e níveis elevados de consumo?

Que sociedade, que educação, que forma de religião são benéficas para toda a vida no planeta como um todo?

O que precisamos fazer para efetuar as mudanças necessárias? (SESSIONS, George e DEVALL, Bill. Ecologia profunda: dar prioridade `a natureza na nossa vida. Terra e Gente Edições Sempre-em-pé, 2004, página 95)

Arne Naesse nos convida a reduzir o padrão material de nossas vidas, e a satisfazermos nossa qualidade de vida com as profundezas do que importa ao coração e à alma, e nesse sentido a manutenção de áreas protegidas e de toda a biodiversidade que encerram tem um papel crucial nesse sentido. Segundo este teórico, quanto maior a diversidade, maior será nossa auto-realização, contida naquilo que ele chama de Eu e os chineses chamam Tao.

Daí a necessidade premente do ICMBio estrutura uma Política de Comunicação cujas diretrizes tratem sobre:

1. Mudança na lógica do consumo que inevitavelmente pressiona as áreas protegidas;
2. Estímulo a uma mudança na rota do modelo econômico de exploração dos recursos;
3. Reação às pressões que se fazem presentes nas áreas protegidas em prol de um pseudo desenvolvimento;
4. Promoção de um desenvolvimento focado numa outra visão de relação com a natureza;
5. Promoção de uma educação que respeite a natureza e orientada para uma transformação ambiental;
6. Consolidação de uma política de comunicação construída com as pessoas e voltada para as pessoas, no sentido de trazê-las para o debate e defesa das UCs e da biodiversidade que encerram;
7. Mudança nos valores do que de fato mais importa: ter ou ser;
8. Priorização do local em detrimento do global, mostrando no nível regional e para a população local o papel das Unidades de Conservação que estão ao seu redor (manutenção do clima, fornecimento de água, beleza cênica, lazer, entretenimento, recursos genéticos, manutenção da biodiversidade – flora e fauna, entre outros).

Pois somente disseminando uma nova lógica de relação com a natureza, e trazendo as pessoas para experimentarem esse sentimento de que estão ligadas a algo maior do que seu ego, maior do que seu nome, a sua família, ou seus atributos especiais como indivíduos, é que teremos esse sentimento chamado pelos ecologistas profundos de 'sentimento oceânico' (pois muitos o experimentam perante o oceano, observando-o). Sem isso não há chances de haver transformações reais que mudem a rota de toda a vida na Terra.

A questão não está, segundo (Deval e Sessions, 2004, página 89), em escolher entre 'crescimento econômico' e 'estagnação', mas sim de encontrar a via correta do desenvolvimento, o caminho mediano entre a negligência materialista e a imobilidade tradicional, em resumo de encontrar 'o modo correto de viver'. E nesse sentido eles sugerem que a única estratégia de desenvolvimento econômico

aceitável é o ecodesenvolvimento, em que uso racional e preservação caminham juntos.

Nesse sentido não há como se falar em conservação sem que o ICMBio, por meio de ações de gestão e de disseminação dessas ações pelos mais diferentes meios de comunicação com a sociedade, faça pressão para que sejam protegidos esses habitats encerrados em áreas protegidas, seja na arena econômica, social e fundamentalmente na política.

Um desenvolvimento biorregional orientado para as necessidades vitais dos residentes locais, sem interferir na diversidade biológica e nos processos naturais, é o único tipo de desenvolvimento compatível com a preservação do fluxo da vida selvagem (SESSIONS, George e DEVALL, Bill. Ecologia profunda: dar prioridade à natureza na nossa vida. Terra e Gente Edições Sempre-em-pé, 2004, página 157).

E a comunicação do ICMBio deve trilhar este caminho, mostrando uma comunicação que dissemine e pulverize, do local, ao regional, nacional e até ao cenário internacional, quando for o caso, cada iniciativa transformadora de conservação das áreas protegidas, sintonizadas com a melhoria e mudança real na qualidade de vida das pessoas que vivem próximas a essas áreas.

REFERÊNCIAS

BLOG DECRESCIMENTO BRASIL. DECRESCIMENTO – BRASIL ESPAÇO DE CONHECIMENTO, DIFUSÃO E ARTICULAÇÃO DO DECRESCIMENTO NO BRASIL. Disponível em: <<http://decrescimentobrasil.blogspot.com.br>>. Acesso em 07 de julho de 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do. Capítulo VI – DO MEIO AMBIENTE. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. Lei Nº 6.938, Brasília, 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2 set. 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm

BRASIL. Lei Nº 9.985, Brasília, 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm

BRASIL. Lei Nº 11.516. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes. Brasília, 28 de ago. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11516.htm

BUGALLO, Alicia Irene. "Ecología profunda y biocentrismo, ante el advenimiento de la era pos-natural." *Cuadernos del Sur. Filosofía* 34 (2005): 141-162.

BURSZTYN, Maria Augusta e BURSZTYN, Marcel. Fundamentos de Política e Gestão Ambiental caminhos para a sustentabilidade. Garamond Universitária, 2013.

CAPRA, Fritjof. Ecologia profunda—um novo paradigma. Capra, F. A teia da vida: Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1996.

DO REGO, Francisco Gaudêncio Torquato. Tratado de comunicação organizacional e política. Thomson, 2002.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. ICMBio. Disponível em: < <http://www.icmbio.gov.br/portal>>. Acesso em 07 de julho de 2014.

JUNGES, José Roque. "ÉTICA ECOLÓGICA: ANTROPOCENTRISMO OU BIOCENRISMO?." *Perspectiva Teológica* 33.89 (2010).

LATOUCHE, Serge. Pequeno tratado do decrescimento sereno. São Paulo: WMF Martins Fontes (2009).

SESSIONS, George e DEVALL, Bill. Ecologia profunda: dar prioridade à natureza na nossa vida. Terra e Gente Edições Sempre-em-pé, 2004.

ANEXO A – MAPA ESTRATÉGICO DO ICMBIO E DA DCOM

ANEXO B – ORGANOGRAMA NO ICMBIO

ANEXO C – MODELO DE MACROPROCESSOS E PROCESSOS DO ICMBIO

Macro-Processos	Processos
Gestão Socioambiental	Gestão de conflitos
	Capacitação externa
	Controle social local/ gestão participativa
	Educação Ambiental
Populações Tradicionais	Fortalecimento das comunidades
	Produção e uso sustentável
Uso Público & Negócios	Desenvolvimento de negócios
	Serviços ambientais
	Visitação
	Manejo Florestal Sustentável
Consolidação Territorial	Demarcação e Sinalização territorial
	Regularização Fundiária
Criação, Planejamento e Avaliação de UC	Criação de UC
	Elaboração e Revisão de Plano de Manejo
	Avaliação da Implementação de UC
	Efetividade do Sistema, mosaicos e corredores
Proteção	Fiscalização/Vigilância
	Ações de Contingência
	Prevenção e controle de incêndios
Manejo para Conservação	Avaliação da conservação da biodiversidade
	Elaboração e implementação de Planos de Ação
	Análise e prognóstico de conservação da biodiversidade
	Análise de impactos para autorização de licenciamento
Pesquisa e Monitoramento	Fomento e execução de pesquisa para conservação da biodiversidade, com ênfase nas espécies ameaçadas e gestão de Ucs
	Monitoramento da biodiversidade
	Disseminação do conhecimento
Gestão de Compensação Ambiental e Recursos Especiais	Negociação da Compensação Ambiental
	Implementação da Compensação Ambiental
	Formulação e execução de Projetos Especiais
Desenvolvimento Institucional	Planejamento Estratégico
	Avaliação de Resultados Institucionais
	Comunicação e marketing
Gestão de Pessoas	Administração de Recursos Humanos
	Educação Corporativa
Administração e Tecnologia da Informação	Suprimento e Logística
	Tecnologia da Informação
Finanças	Finanças
	Arrecadação
Planejamento Operacional e Orçamento	Planejamento Operacional
	Execução Orçamentária
Suporte Corporativo	Cooperação Internacional
	Assessoria parlamentar
	Interlocução e controle social (ouvidoria)
	Corregedoria
Controle Interno	Auditoria
Procuradoria Federal Especializada	Assessoria e representação jurídica

ANEXO D – RESULTADO DA PESQUISA A COMUNICAÇÃO DO ICMBIO